

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

STEFANI NIEHUES DAL PONT

**A INFLUÊNCIA DAS INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA
GESTÃO DE UMA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA: UM ESTUDO DE CASO
NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

CRICIÚMA, SETEMBRO DE 2011

STEFANI NIEHUES DAL PONT

**A INFLUÊNCIA DAS INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA
GESTÃO DE UMA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA: UM ESTUDO DE CASO
NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado para obtenção do grau de
Especialista no Curso de Pós-Graduação
Lato Sensu – MBA em Gestão
Empresarial da Universidade do Extremo
Sul Catarinense – UNESC.

Orientador(a): Prof. Esp. Everton Perin.

CRICIÚMA, SETEMBRO DE 2011

AGRADECIMENTOS

A minha família, meu bem mais precioso. Em especial minha mãe que, cheia de coerência e coragem, construiu a sua volta uma vida cheia de sentido.

Ao meu amado Rangel, pelo companheirismo e dedicação em todos os momentos.

Aos amigos que fiz no período de convívio acadêmico, em especial Rubia, Luciana e Amilton, pelo momentos que passamos juntos. Se a vida seguir pelo lado que desejo, que convivamos ainda por longos anos.

A todos, muito obrigada!

“Se o dinheiro for a sua esperança de independência, você jamais a terá. A única segurança verdadeira consiste numa reserva de sabedoria, de experiência e de competência.”

Henry Ford

RESUMO

DAL PONT, Stefani Niehues. **A Influência das Informações Socioambientais na Gestão de uma Instituição Bancária: Um Estudo de Caso na Caixa Econômica Federal**. 2011. Orientador: Everton Perin. Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* - MBA em Gestão Empresarial. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

O presente trabalho teve como objetivo realizar um estudo a fim de aprofundar os conhecimentos acerca das informações socioambientais e averiguar se estas podem influenciar a gestão de uma instituição bancária. Para seu desenvolvimento utilizou-se as seguintes tipologias metodológicas: estudo exploratório e descritivo, a fim de aprofundar o assunto que ainda é pouco divulgado; levantamento bibliográfico, onde abordou-se a responsabilidade socioambiental relacionada à gestão empresarial das instituições bancárias; estudo de caso, tendo como instrumento de coleta de dados o questionário que foi aplicado a gestores da instituição pesquisada, que desempenham funções distintas na empresa, com o objetivo de verificar qual a posição dos mesmos em relação às ações e informações socioambientais; e avaliação de documentos que ocorreu por meio de relatórios e demonstrativos socioambientais da referida instituição. Com o levantamento dos dados coletados nos relatórios/demonstrativos da entidade, verificou-se que são evidenciadas informações de caráter socioambiental nestes documentos, sendo que muitas delas receberam destaque neste trabalho. Percebeu-se também, ao analisar a visão dos respondentes do questionário, que a questão socioambiental é preocupação presente entre os gestores da instituição bancária pesquisada, pois estes afirmam que a gestão está empenhada em expandir os negócios de forma sustentável e em tornar os colaboradores cada vez mais conscientes da importância de realizar ações socialmente responsáveis. Desta forma, constatou-se que a Instituição, além de evidenciar nos demonstrativos, também utiliza-se das informações de ordem socioambiental em sua gestão.

Palavras-chave: Responsabilidade Social, Gestão Ambiental, Gestão Bancária.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Modelo de Demonstração do Valor Adicionado - DVA	33
---	----

LISTA DE SIGLAS

BACEN – Banco Central do Brasil

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH – Banco Nacional de Habitação

BP – Balanço Patrimonial

BS – Balanço Social

CMN – Conselho Monetário Nacional

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

COSIF – Plano Contábil das Instituições Financeiras

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

DOF – Documento de Origem Florestal

DVA – Demonstração do Valor Adicionado

FAS – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social

FDS – Fundo de Desenvolvimento Social

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIES – Programa de Financiamento Estudantil

FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

NBC T – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas

OGU – Orçamento Geral da União

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

PIS – Programa de Integração Social

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PROGED – Programa de Racionalização de Gastos e Eliminação de Desperdícios

PROUNI – Programa Universidade para Todos

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SGA – Sistema de Gestão Ambiental

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Tema e Problema	10
1.2 Objetivos de Pesquisa	12
1.3 Justificativa	13
1.4 Metodologia	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 Organizações	17
2.2 Gestão Empresarial	18
2.3 Problemática Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	20
2.4 Responsabilidade Social e Gestão Ambiental	23
2.5 Relatórios/Demonstrativos Socioambientais	26
2.5.1 Balanço Social/Relatórios de Sustentabilidade	28
2.5.2 Demonstração do Valor Adicionado	31
2.5.3 Notas Explicativas	34
2.5.4 Relatórios da Administração	37
2.5.5 Benefícios da Divulgação dos Relatórios/Demonstrativos Sociambientais	39
2.6 Instituições Bancárias	41
2.6.1 Caracterização das Instituições Bancárias	42
2.6.2 Gestão de uma Instituição Bancária	44
3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	46
3.1 Caracterização da Instituição Pesquisada	46
3.1.1 Histórico da Caixa Econômica Federal	46
3.1.2 Missão e Valores	48
3.1.3 Visão de Futuro	49
3.1.4 Estrutura Organizacional	50
3.1.5 Planejamento Estratégico	51
3.1.6 Responsabilidade Socioambiental	52
3.2 Principais Informações Destacadas nos Relatórios/Demonstrativos Socioambientais da Organização em Estudo	54

3.2.1 Relatório de Sustentabilidade	55
3.2.2 Demonstração do Valor Adicionado	60
3.2.3 Notas Explicativas	61
3.2.4 Relatórios da Administração	62
3.3 Visão dos Respondentes sobre as Ações Socioambientais realizadas pela Instituição, com Foco na Gestão	66
3.4 Análise dos Dados Pesquisados	69
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICE	80

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo expõe o tema em estudo, apresentando informações gerais sobre a responsabilidade socioambiental na gestão das empresas. Em seguida, evidencia o problema de pesquisa e os objetivos do presente trabalho. Por último destaca-se a justificativa, onde se elucida a importância do estudo, e a metodologia utilizada para a realização do mesmo.

1.1 Tema e Problema

Os recursos naturais pareciam ser inesgotáveis no que se refere a suprir as necessidades da humanidade. Com isso, esta se desenvolveu sem a consciência da importância da preservação de tais recursos. E a sociedade começou a sofrer as consequências destes atos, enfrentando os desastres ambientais que ocorrem em decorrência da falta de cuidado com os meios naturais. Desta forma, algumas pessoas vêm se mobilizando em busca de um melhor planejamento do futuro do planeta, por meio de conferências, eventos e discussões que exigem o equilíbrio entre o consumo e a disponibilidade de recursos.

Pode-se citar o século XIX, início dos avanços tecnológicos e aceleração da produção, como o momento de maior crescimento dos problemas sociais e ambientais, pois, foi este período que marcou o aumento intenso do consumo dos recursos oferecidos pelo meio ambiente, até então abundantes. Desta forma, o uso inadequado dos meios naturais disponíveis trouxe a poluição, com os impactos que exerce na condição de vida, como por exemplo: a escassez da água e poluição de mananciais, a extinção da fauna e flora, o buraco na camada de ozônio, bem como o aumento da concentração de gases que geram o efeito estufa, entre outros fatores.

Com isso, a sociedade, o governo e as organizações não governamentais iniciam suas articulações a fim de influenciar os gestores das entidades para que direcionem seus negócios de acordo com os interesses coletivos. Assim, estas começaram a se dar conta de que a preservação dos recursos naturais e a

preocupação social são fundamentais para o desenvolvimento da sociedade e, conseqüentemente, para o seu próprio crescimento.

Atualmente, vem aumentando o número de instituições que valorizam as informações éticas, ambientais e preocupam-se com o bem-estar da comunidade em que estão inseridas. De acordo com Vieira (2008) algumas organizações dedicam empenho no sentido de se consolidarem como empresas socialmente responsáveis. Estas estão incluindo ações socioambientais em seus planejamentos.

Tais questões são fundamentais no processo de desenvolvimento das organizações, de modo que a entidade se compromete em contribuir com o crescimento econômico, valorizando os trabalhadores, seus familiares e a sociedade. Estas atitudes independem do segmento, visto que as empresas são as produtoras de bens e serviços, juntamente com o Estado, e agem como responsáveis pelo bem estar dos colaboradores, clientes, consumidores e comunidade em geral.

Com o passar dos anos, a crescente consciência ecológica por parte da sociedade está fazendo com que as entidades mudem gradativamente sua forma de atuação. Durante muito tempo as informações consideradas relevantes eram as de ordem financeira, a fim de atender aos interesses dos proprietários. Pode-se dizer que, ainda hoje, isto ocorre na maioria das entidades. Em geral, os demonstrativos financeiros tradicionais não apresentavam o papel social e econômico da empresa, e sim apenas este último.

No entanto, com a crescente atenção por parte de uma parcela significativa da sociedade voltada às informações socioambientais nas instituições vem fazendo com que as mesmas ampliem seu interesse em divulgar informações de caráter social e ambiental, por meio do Balanço Social e outros demonstrativos e relatórios. Desta forma, percebe-se a constante mudança na gestão das organizações e a preocupação da sociedade com o papel que elas desempenham.

Assim como os diversos segmentos de empresas, também as instituições bancárias são organizações que podem demonstrar os seus fatos contábeis por meio dos demonstrativos legais como: Balanço Patrimonial – BP; Demonstração do Resultado do Exercício – DRE; Balanço Social – BS ou Relatório de Sustentabilidade; Demonstração do Valor Adicionado – DVA; entre outras, os quais viabilizam inclusive as informações de ordem social e ambiental.

Em relação a DVA, embora esta seja facultativa para a maioria das empresas, tornou-se obrigatória para as de capital aberto em dezembro de 2007. Considerando a sua elaboração, vale ressaltar que as informações evidenciadas neste demonstrativo são as riquezas geradas pela entidade e a sua distribuição à sociedade. Por meio dela, se demonstra aos interessados os investimentos em capital humano, responsabilidade ecológica, entre outros fatores, agregando valor às entidades.

Neste sentido, percebe-se que tais informações, quando divulgadas, caracterizam-se como uma prestação de contas à sociedade, por demonstrarem a preocupação da entidade com o bem estar coletivo. No ambiente globalizado, as organizações que investirem neste propósito terão maiores chances de permanecerem fortes no mercado cada vez mais competitivo, em relação as que não o fazem, pois os clientes definem as regras, e é por eles que as empresas existem.

Vale ressaltar que as informações socioambientais estão tornando-se cada vez mais importantes no processo de gestão das empresas. Isso porque, as organizações além de serem responsáveis pela produção de bens e serviços à sociedade, possuem suas parcelas de responsabilidade para com o ambiente no qual estão inseridas.

Diante do exposto, considerando a relevância das informações socioambientais para as organizações na atualidade, levanta-se o seguinte problema de pesquisa: como as informações socioambientais influenciam na gestão empresarial de uma instituição bancária?

1.2 Objetivos da Pesquisa

O objetivo geral desta pesquisa consiste em averiguar como as informações socioambientais influenciam a gestão empresarial de uma instituição bancária.

Como objetivos específicos propõe-se:

- aprofundar um estudo bibliográfico sobre as informações socioambientais;

- caracterizar as instituições bancárias;
- investigar como as informações socioambientais estão sendo utilizadas na gestão de uma instituição bancária, por meio de análise de relatórios e demonstrativos e do planejamento estratégico da organização em estudo; e
- apresentar os resultados obtidos com a aplicação de um questionário a gestores da Instituição visando identificar qual a visão dos mesmos em relação à influência das informações socioambientais na gestão.

1.3 Justificativa

A responsabilidade socioambiental é o compromisso que as empresas têm, ou deveriam ter, para com a sociedade e com o meio ambiente. É, também, a preocupação com o impacto social e ambiental que suas atividades podem exercer sobre o ambiente no qual estão inseridas. De forma ética, espera-se que exista nas organizações respeito às diferenças e valores sociais e que se busque o lucro preocupando-se com a preservação dos recursos naturais e o com o bem estar da comunidade.

Considerando a relevância que o tema apresenta, esta pesquisa visa contribuir, em nível teórico, com o aprofundamento do conhecimento sobre a geração de informações e os processos socioambientais relacionados, além de servir como instrumento de pesquisa em estudos ligados ao tema gestão ambiental e social, principalmente relacionados às instituições bancárias.

As organizações que procuram demonstrar sua dedicação e preocupação com as questões sociais e ambientais, em geral, podem ter menores tendências a riscos na relação com seus clientes, já que cada vez mais as pessoas estão se preocupando o meio ambiente e, conseqüentemente, com a sociedade.

Desta forma, acredita-se que, por meio desta pesquisa, pode-se contribuir com a intensificação das discussões sobre a importância da publicação das informações de ordem social e econômica pelas organizações, bem como sobre a visão dos gestores em relação a este assunto, principalmente para as instituições bancárias.

Em relação à viabilidade do presente projeto, por se tratar de uma empresa pública, os demonstrativos contábeis (Balanço Patrimonial e Social) e financeiros, que serão estudados para verificação das informações socioambientais, são publicados pela organização, possibilitando que o estudo de caso seja realizado.

1.4 Metodologia

As pesquisas científicas necessitam de determinação de procedimentos metodológicos. Para Beuren (2006, p. 67) “a metodologia da pesquisa é definida com base no problema formulado, o qual pode ser substituído ou acompanhado da elaboração de hipóteses.” Entende-se, então, que são as estratégias do trabalho, indicando de que modo foi realizada a pesquisa, quanto aos objetivos, aos procedimentos e a abordagem do problema.

No que refere-e aos objetivos, este trabalho caracteriza-se como exploratório e descritivo. Com relação à pesquisa exploratória, Gil (1996, p. 45) explica que,

estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível.

A pesquisa descritiva, de acordo com Marconi e Lakatos (2005, p. 189) consiste em “investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, avaliação de programas [...]”

Foram utilizados tais métodos, primeiramente pelo fato de existir pouco material bibliográfico sobre a influência das informações socioambientais na gestão das instituições bancárias, caracterizando assim este estudo, como pesquisa exploratória, e por exigir investigação e interpretação dos fatos, evidencia-se como pesquisa descritiva.

Referindo-se aos procedimentos, trata-se de pesquisa bibliográfica em conjunto com a pesquisa documental, levantamento ou *survey* e estudo de caso. Para Gil (1996) desenvolve-se pesquisa bibliográfica a partir de material já

elaborado, como livros e artigos científicos. Com isso, para realização deste trabalho, buscou-se o aprofundamento do tema em diversos materiais e, embora considerando o estudo de maneira conjunta, além de informações sobre as instituições financeiras e responsabilidade socioambiental separadamente, a fim de melhorar o conhecimento sobre a produção científica já existente.

A pesquisa documental valeu-se de materiais que não apresentam análise aprofundada. De acordo com Beuren (2006) este tipo de pesquisa visa selecionar e interpretar a informação, a fim de extrair algum sentido. Neste trabalho foram analisados relatórios/demonstrativos da Instituição pesquisada tais como: Balanço Social – BP, Demonstração do Valor Adicionado - DVA, Relatórios Administrativos e Notas Explicativas.

Em relação ao levantamento ou *survey*, este ocorreu por meio da aplicação de questionário a gestores da Instituição que foram: um gerente geral, um gerente de negócios (nível de superintendência regional) e gestores responsáveis pela área de responsabilidade social empresarial, que atuam em Brasília/DF. Gil (1996, p.76) afirma, sobre o levantamento ou *survey*, que “procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado.” No que tange ao questionário, Beuren (2006) define como uma técnica de investigação composta por questões apresentadas por escrito às pessoas, com o objetivo de conhecer opiniões, interesses, expectativas, entre outros.

Quanto ao estudo de caso, Beuren (2006, p. 84) explica que este tipo de pesquisa “caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado de um único caso.” Seguindo o mesmo conceito, Gil (1996, p. 58) ressalta que “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento.” Nesta pesquisa realizou-se um estudo em uma instituição bancária, pública, com o objetivo de verificar de que forma a mesma utiliza as informações socioambientais em sua gestão.

No que refere-se à abordagem do problema, caracteriza-se com pesquisa qualitativa. Richardson (1999, p. 79) explica que “o método qualitativo [...] não emprega um instrumental estatístico como base de processo de análise de um problema. [...] Justifica-se por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social.”

A utilização da tipologia de pesquisa exploratória e descritiva quanto aos objetivos, bibliográfica, documental, levantamento ou *survey* e estudo de caso, em relação aos procedimentos, e análise qualitativa no que diz respeito à abordagem do problema, proporcionaram para a realização da pesquisa e o alcance dos resultados descritos no trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo aborda-se a questão ambiental, sua relevância e de que forma se tornou tão importante na atualidade. Em seguida trata-se dos conceitos de responsabilidade social e gestão ambiental nas organizações, as informações ambientais e a sua divulgação. Por último, sobre instituições bancárias, sua caracterização e o processo de gestão das mesmas

2.1 Organizações

Para conceituar as organizações, é conveniente entender a importância de sua existência. Para Coelho (2004), as organizações existem, pois todos precisamos de bens e serviços para viver e estas são as responsáveis por produzir esses bens e serviços. Assim, as organizações permanecem para atender às necessidades e desejos da sociedade e do mercado.

Para Caravantes, Panno e Kloeckner (2005), o conceito de organização é muito amplo, capaz de englobar vários agrupamentos sociais, na medida em que os participantes estão interligados por uma rede de relações.

Drucker (1994, p. 39) afirma que “uma organização é um grupo humano, composto por especialistas que trabalham em conjunto em uma atividade comum.”

E, segundo Cury (2000, p. 116), “a organização é um sistema planejado de esforço cooperativo no qual cada participante tem um papel definido a desempenhar e deveres e tarefas a executar.”

Diante das afirmações, pode-se dizer que tanto a faculdade ou colégio que se frequenta, quanto o restaurante e o clube nos finais de semana, até a empresa que se trabalha são organizações, as quais possuem pessoas envolvidas com objetivos em comum.

Sobre a origem das Organizações Coelho (2004) afirma que na antiguidade, roupas e alimentos eram produzidos na própria casa, para os seus moradores. Alguns povos naquele período, como os fenícios, destacaram-se

intensificando as trocas e estimularam a produção de bens destinados à venda. Portanto, nem sempre houve a necessidade de ser juntar pessoas e recursos a fim de produzir bens ou serviços para atender a sociedade. Contudo, nos tempos contemporâneos, as organizações ganharam complexidade, e estão expandindo suas atividades a cada dia, impulsionadas pela alta competitividade e exigência da sociedade.

Neste sentido, Caravantes, Panno e Kloeckner (2005, p. 385) afirmam que “as organizações tradicionais que atendiam razoavelmente bem às necessidades do mundo em que nossos pais viveram sua juventude não mais atendem às expectativas da atual geração.”

Deste modo, as organizações de hoje são diferentes das de ontem e, provavelmente, amanhã e no futuro distante apresentarão diferenças ainda maiores. Além disso, estas estão passando por mudanças e transformações a cada dia que passa, tanto com novas tecnologias, quanto alterando o comportamento das pessoas e mudando seus processos internos. (CHIAVENATO, 2004).

Para que as organizações se adéquem às mudanças do mercado, é necessário que estas se enquadrem em um ambiente mais novo e complexo. E, para que isso aconteça, é fundamental que os gestores, responsáveis pela gestão e administração, as levem à viabilização destes objetivos, liderando-as de forma eficaz para garantir os resultados.

2.2 Gestão Empresarial

As organizações, nos últimos anos, vêm enfrentando mudanças que interferem consideravelmente nos seus desempenhos, e neste sentido, Peleias (2002) afirma que “a economia mundial experimenta uma significativa transformação, que ocorre nos mais diversos campos: empresarial, humano, tecnológico e de gestão das empresas e dos negócios.”

Corroborando com o pensamento do autor, Chiavenato (2011) ao afirmar que o mundo mudou. Tudo ficou diferente. E tudo será mais diferente ainda. A enorme mudança que afeta todas as nossas vidas, o aumento exacerbado da competição e os clientes cada vez mais preocupados em comparar preço, qualidade e valor agregado constituem os grandes fatores que estão

levando as empresas rumo ao sucesso ou ao fracasso. As empresas bem-sucedidas são aquelas que estão abertas à mudança, são competitivas e totalmente voltadas para o cliente.

Para complementar, Marques (2009) também aborda sobre a importância dos clientes para as organizações. De acordo com o autor, estes têm certas expectativas sobre a empresa, baseados em suas necessidades. Assim, antes de tudo, a entidade tem o compromisso de superar estas expectativas, proporcionando uma visão de qualidade e excelência em relação aos seus produtos e/ou serviços.

Schmidt, Santos e Martins (2006) afirmam que todo empreendimento possui uma gestão. Neste processo de administração estão determinados os métodos que a direção maior da organização estabelece para que os objetivos e metas sejam atingidos. Dessa forma, pode-se definir a gestão como o conjunto de procedimentos e determinações que os gestores identificam como necessários para impulsionar a empresa da atual situação à outra desejada, em um tempo futuro.

Peleias (2002) destaca que um dos papéis da gestão empresarial é determinar a visão, missão e valores da entidade, bem como formatar a estrutura hierárquica, organograma de cargos e funções, processo operacional interno e externo, as estratégias comerciais e de *marketing*, logística, entre outros.

De acordo com Mañas (2007), a gestão empresarial caminha sob o impacto de grandes revoluções, tais como: a revolução tecnológica, que criou interrelações sem precedentes entre a empresa, clientes e sua cadeia de suprimento; a revolução dos mercados, associada ao processo de globalização; e a revolução na demografia e no desenvolvimento, evidenciando a relevância da preocupação com as questões do aumento populacional e desenvolvimento da sociedade. Ou seja, as organizações estão enfrentando um ambiente caracterizado pela incerteza, principalmente pela abertura do mercado e instabilidade da economia, inovação da tecnologia, novos modelos de gestão e mudanças na informação e conhecimento.

A gestão empresarial, portanto, é entendida como um modelo de trabalho, que planeja e gerencia recursos e estratégias, procurando viabilizar o alcance dos objetivos propostos por uma organização. Schmidt, Santos e Martins (2006, p. 12) explicam que a gestão empresarial “pode ser sintetizada como um processo de controle do desempenho da empresa como um todo, cujo objetivo é o de garantir a continuidade da empresa.”

Vale ressaltar que, além das funções já citadas, a gestão também é responsável pelas ações sociais e ambientais que a organização realiza. Esta deve se preocupar com a continuidade da atividade econômica e com a responsabilidade social e ambiental, evitando problemas que possam dificultar a gestão, como o não cumprimento da leis socioambientais, por exemplo.

De acordo com Santos et al (2011), a gestão socioambiental, por meio de seus procedimentos, auxilia os gestores nas tomadas de decisões, que tem por finalidade a redução ou eliminação dos impactos ambientais e, portanto, melhora a qualidade de vida e sua imagem perante a sociedade. Em conjunto com estas atribuições da gestão, está a preocupação com o desenvolvimento da entidade, da comunidade com a qual se relaciona, sem prejudicar as gerações futuras, chamado desenvolvimento sustentável.

2.3 Problemática Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

O crescimento econômico e a geração de riquezas de forma desordenada configuraram um quadro de degradação contínua e traz a perspectiva de destruição do meio ambiente. Isto tem chamado a atenção de muitas pessoas em todo o mundo, atraindo seus interesses aos problemas causados em decorrência desta degradação e às consequências da mesma à sociedade.

Santos et al (2011) ressaltam que a evolução da civilização e o aumento populacional, a partir do século XV, fizeram a humanidade experimentar um longo processo de transformação. Passou pelo estágio feudal chegando à Revolução Industrial. Neste período, as atividades manufatureiras tiveram impressionante impulso, com significativos reflexos na economia, nos hábitos dos indivíduos e, por consequência, no meio ambiente.

Dias (2007) afirma, que as maiores transformações no meio natural, ao longo da história, ocorreram nos séculos XVIII até o início do século XX. Iniciou-se o crescimento econômico e geração de riquezas, mas de forma desordenada, configurando-se um quadro de degradação sucessiva e apontando para a perspectiva de destruição do meio ambiente.

Acompanhando a evolução histórica da questão ambiental, Ferreira (2007, p. 12) destaca que,

embora a preocupação com o meio ambiente date do século XIX, somente no século XX e, principalmente, a partir dos anos 70 passou a ter repercussão na sociedade, com a visão de que o problema não poderia ser de responsabilidade localizada, mas de responsabilidade globalizada. [...] A primeira Conferência Mundial sobre o meio ambiente foi realizada em Estocolmo em 1972, com repercussão internacional, e foi um passo na conscientização da sociedade mundial sobre os problemas ecológicos.

Desde então tem crescido a conscientização da sociedade com relação a estes problemas, principalmente na criação de órgãos não governamentais (ONGs). Segundo Dias (2007), os problemas ambientais serviram para alertar os seres humanos do grave perigo que estava ocorrendo e, na segunda metade do século XX, iniciou-se um movimento global, traduzido em inúmeros encontros, conferências, tratados e acordos assinados por países do mundo inteiro.

Uma das conferências de maior destaque mundial para as questões socioambientais foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida por Rio-92, que aconteceu no Brasil, em junho de 1992. O evento contou com a participação de 179 países, e teve como principal objetivo buscar meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico e industrial com a conservação e proteção dos ecossistemas do planeta. Ao final deste encontro, muitas convenções internacionais foram propostas, por meio das quais vários países assumiram compromissos de diminuir a degradação ambiental, visando um modelo de crescimento econômico menos consumista e impactante ao equilíbrio ecológico. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011).

Naquele mesmo evento foi criada a Agenda 21 Global, um plano de ação da Organização das Nações Unidas – ONU, para o século XXI. O enfoque desse processo não ficou restrito às questões de preservação e conservação da natureza, mas sim, de acordo com Silva (2008), “a uma proposta que rompe com o desenvolvimento dominante, onde predomina o econômico, dando lugar à sustentabilidade ampliada”, na qual a degradação do meio ambiente possa ser enfrentada juntamente com o problema mundial da pobreza.

Além disso, a Rio-92 trouxe como resultado, de acordo com Seiffert (2007), as normas da série ISO 14000. Instrumento valioso para a gestão ambiental, com importantes funções em nível organizacional, pois estabelecem uma base

comum eficaz no mundo inteiro, aplicáveis em empresas com os mais variados perfis.

Após a Rio-92 ocorreram outros eventos tratando do assunto meio ambiente e desenvolvimento sustentável, a fim de cobrar posições firmes tanto do governo, quanto de empresas e sociedade em geral. O *Protocolo de Kyoto* foi um destes. Acordado em 1997, entrou em vigor apenas em 2005, e tem como finalidade principal a redução de gases poluentes em países industrializados. Além deste, a Rio+10, realizada em 2002, em Joanesburgo, na África do Sul, com propostas de melhorias para o desenvolvimento sustentável global, também merece destaque. (SEIFFERT, 2007).

Assim, a conscientização social e ambiental ao longo dos tempos vem gerando mudanças de atitude por parte das organizações do setor privado e público. De um lado as empresas tendem a se transformar para se manterem no mercado globalizado e de outro a sociedade espera a apresentação dos benefícios gerados pelas organizações, no que diz respeito a sua continuidade, preservando o ambiente no qual está inserida e preocupando-se com as gerações futuras.

De acordo com Arantes e Mazon (2007), desta vinculação entre desenvolvimento socioeconômico e meio ambiente surge o conceito denominado desenvolvimento sustentável. Este, por sua vez, torna-se uma preocupação para as empresas que prezam por sua continuidade, visto que as organizações não podem pensar em desenvolvimento sem se preocupar com a situação do meio ambiente no futuro, pois dependem dos recursos naturais para o desenvolvimento de suas atividades.

Neste sentido, define-se o desenvolvimento sustentável como sendo a habilidade em atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Este conceito foi definido no relatório *Nosso futuro comum*, da Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela ONU. (ONU *apud* RIBEIRO, 2005).

Seguindo o mesmo conceito, Ferreira (2007) explica que o desenvolvimento sustentável implica usar recursos renováveis naturais de maneira a não degradá-los ou eliminá-los, para garantir às gerações futuras. É o desenvolvimento econômico, social, científico e cultural das sociedades, sem exaurir os recursos naturais. Neste sentido, pode-se dizer que o desenvolvimento

sustentável visa o crescimento econômico com qualidade, ou seja, gerar bens e serviços onde o econômico esteja interligado com o socioambiental.

Diante disso, torna-se cada vez mais relevante a obtenção de dados relacionados à gestão ambiental, bem como à responsabilidade social nas organizações.

2.4 Responsabilidade Social e Gestão Ambiental

Para se manterem ativas no mercado, as organizações precisam se adaptar às novas realidades existentes, tais como: a intensa inovação tecnológica; de empresa socialmente responsável, preocupada com a redução do consumo de recursos naturais e sua preservação, reaproveitamento e reutilização de materiais, entre outras, além da busca por lucros. Para isto, a entidade pode e deve assumir um papel amplo na sociedade, de geradora de riquezas, não esquecendo o seu papel social perante a comunidade em que está inserida. Segundo Ponchirolli (2008, p. 52) “a responsabilidade social pode ser considerada uma estratégia importante para as empresas que desejam se manterem atuantes no mercado.”

Neste sentido, segundo o autor, a responsabilidade social de uma organização está relacionada à decisão de participar mais diretamente das ações comunitárias na região em que está presente e minorar possíveis danos ambientais decorrentes do tipo de atividade que exerce. “É necessário investir no bem estar dos seus funcionários e dependentes, num ambiente de trabalho saudável, além de promover comunicações transparentes, dar retorno aos seus parceiros e garantir a satisfação dos seus clientes.” (PONCHIROLLI, 2008, p. 54).

Ao abordar o conceito de responsabilidade social, Oliveira (2002 *apud* VIEIRA, 2008, p. 11), destaca que este é amplo, e refere-se à ética como principal direcionador das “ações e relações com todos os públicos com os quais a empresa interage: acionistas, empregados, consumidores, rede de fornecedores, meio ambiente, governo, mercado, comunidade.”

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2011) apresenta o conceito de responsabilidade social como sendo “a forma de gestão que

se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona.” Afirma ainda que a ética é a sua base, pois “não adianta uma empresa pagar mal seus funcionários, corromper a área de compras, pagar propinas a fiscais do governo e, ao mesmo tempo, desenvolver programas voltados a entidades sociais.” Embora muitas empresas ajam desta forma, tal postura não condiz com aquelas que buscam o caminho de responsabilidade. As verdadeiras organizações cidadãs atuam em caráter permanente, gerenciando seus processos de responsabilidade social.

O paradigma da obtenção de lucro a qualquer preço é quebrado com a ligação dos fatores econômicos aos ambientais e sociais. Vieira (2008, p. 12) destaca que “o mercado globalizado exige muito que as organizações se mostrem preocupadas com o bem estar da sociedade e engajadas em ações que visem a melhoria contínua da qualidade de vida.”

Reis e Medeiros (2007, p. 6) afirmam que

em uma época em que as relações societárias, nos diferentes matizes, passam por profundas e rápidas transformações, tornando ainda mais explícita a gravidade dos problemas sociais, torna-se inevitável a aproximação das empresas a essas questões. [...] As empresas, além de serem agentes do desenvolvimento econômico com o objetivo de produzir riqueza, são também agentes sociais.

Considerando a afirmação dos autores, é importante destacar que as organizações que buscam o crescimento econômico, devem também levar em conta a responsabilidade social. Diante disso, percebe-se que esta relação, embora receba cada vez mais atenção dos gestores, ainda enfrenta o descaso de muitos envolvidos. (VIEIRA, 2008).

De acordo com Ponchirolli (2008, p. 63),

tem surgido uma nova geração de empresários comprometidos não somente com o lucro, mas também com as questões sociais do país, na expectativa de que este novo comprometimento consequentemente contribuirá na construção de um país mais justo, mais competitivo e sobretudo, mais humano.

Neste sentido, a responsabilidade social empresarial pode ser analisada como uma vantagem competitiva, entretanto não somente para tal finalidade. É também importante para a construção de uma sociedade mais justa, em que a gestão esteja voltada para a participação em conjunto com seus colaboradores internos e parceria ética com os agentes externos, além das ações de prevenção do meio ambiente e promoção e integração da comunidade. (PONCHIROLLI, 2008).

Diante disso, torna-se conveniente colocar a gestão ambiental como fator importante no desenvolvimento de uma organização. Dias (2007) explica que ao papel econômico das empresas, que é fundamental, agrega-se outro de assumir maior responsabilidade social, onde se inclui a perspectiva ambiental.

Kraemer e Tinoco (2008, p. 114) elucidam que gestão ambiental é “a forma pela qual a organização se mobiliza, interna e externamente, para a conquista da qualidade ambiental desejada. Ela consiste em um conjunto de medidas que visam ter controle sobre o impacto ambiental de uma atividade.”

Naime (2004, p. 15) corrobora com o pensamento dos autores, quando define gestão ambiental como

o conjunto de rotinas e procedimentos escritos e aprovados, que permite a uma organização administrar e executar adequadamente as relações entre as suas atividades e o meio ambiente, atentando para a legislação em vigor, às boas práticas recomendáveis e às expectativas das partes interessadas.

Kraemer e Tinoco (2008, p. 115) afirmam que “a gestão ambiental tem-se configurado como uma das mais importantes atividades relacionadas com qualquer empreendimento.” Destacam ainda que, a preservação dos recursos naturais torna-se cada vez mais importante no que diz respeito à sobrevivência das organizações no ambiente competitivo.

Tal fato impulsiona as empresas a mudarem sua estrutura organizacional, em busca dos sistemas de gestão ambiental - SGA, definido por Epelbaum (2006, p. 119) como “a parte do sistema de gestão de uma organização utilizada para desenvolver e implementar sua política ambiental e gerenciar seus aspectos ambientais”, a fim de obter melhor relacionamento com o meio ambiente.

A excelência neste processo pode levar a empresa a obter a certificação ISO 14000, que é uma família de normas que buscam estabelecer ferramentas e sistemas para a administração das questões ambientais em uma organização, sendo que esta família tem como eixo central a norma ISO 14001, que estabelece justamente os requisitos necessários para a implantação de um SGA. (DIAS, 2007).

Seiffert (2007) explica que as normas ISO 14000 relacionam-se a padronização de processos ligados as metas ambientais estabelecidas pela organização. Além disso, representam uma resposta às exigências legais e do mercado.

No Brasil, a ABNT/NBR 16001 estabelece os requisitos mínimos relativos a um sistema de gestão voltado à Responsabilidade Social, reconhecendo a importância da mesma como uma ferramenta para a sustentabilidade do planeta. Além disso, a ISO 26000 é a norma internacional de responsabilidade social, concluída em 2010. (INMETRO, 2011).

Para que as empresas tomem decisões corretas no que diz respeito à relação meio ambiente, responsabilidade social e o meio empresarial necessita-se de informações confiáveis. Sobre tais informações trata o próximo tópico desta pesquisa, destacando a relevância dos relatórios e demonstrativos para o fornecimento eficiente das mesmas.

2.5 Relatórios/Demonstrativos Socioambientais

Os relatórios/demonstrativos contábeis elaborados pelas organizações tem como principal objetivo fornecer informações a respeito das mesmas. Neste sentido, Santos (2003, p. 9) comenta que “a Contabilidade deve ser utilizada como algo capaz de produzir informações que possam auxiliar na previsão do que poderá ocorrer no futuro.” Embora ainda se pense que a contabilidade está voltada exclusivamente para o registro de fatos do passado, sabe-se que esta visão está ultrapassada. O autor ressalta ainda que “só terá alguma importância se puder ser utilizada para previsões futuras.”

No entanto, destaca-se que as informações tradicionais, de caráter econômico e financeiro, como Balanço Patrimonial - BP e Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, não atendem a todos os grupos de usuários. Os parceiros, empregados, administradores, sindicatos, fornecedores, clientes, credores e sociedade em geral, chamados *stakeholders*, esperam outros tipos de informações, possivelmente evidenciáveis nos demonstrativos/relatórios socioambientais.

Neste contexto, Corrêa (2009) comenta que com o passar do tempo, o nível de complexidade das atividades empresariais cresceu significativamente, principalmente pela abertura do mercado e em função da globalização. Este fator foi

um dos motivos que ocasionou o aumento da competitividade, do avanço tecnológico, da exigência dos consumidores, entre outros. Com isso, as organizações passaram a ter a necessidade de um volume expressivo de informações, “não sendo mais saciadas apenas pelas informações contidas nas demonstrações contábeis tradicionais.” A informação de qualidade possui um valor precioso para os seus mais diversos agentes (*stakeholders*), cada um com as suas peculiaridades.

Tinoco (2002, p. 58) afirma, que

a divulgação de informação na forma como é feita no Brasil não atende ao preceito básico de evidenciação da situação das organizações, registrando basicamente seus eventos operacionais, não captando a inserção das entidades a vida social, a forma como elas se relacionam com seus colaboradores, seus fornecedores, os usuários de seus serviços, o governo, enfim, os parceiros de suas atividades.

Com referência às informações contidas nos relatórios/demonstrativos contábeis, Hendriksen e Breda (1999) ressaltam que as questões socioambientais podem ser evidenciadas nos relatórios contábeis, porém, são pouco exploradas e/ou divulgadas no Brasil. A elaboração dos mesmos tem a finalidade de fornecer informações para permitir que os investidores façam o prognóstico dos fluxos de caixa da empresa. Ou seja, a grande importância das informações advindas dos relatórios contábeis é habilitar aos usuários das mesmas estimar cenário futuro de uma entidade.

Carvalho (2008, p. 144) elucida, com relação à evidenciação dos fatos socioambientais que, “mais que a ética, é a responsabilidade que tem sido o real motivador de alguns desses registros, quando eles ocorrem.” Destaque-se que as empresas que evidenciarem informações ambientais, além de responsabilidade, ética e respeito com o meio ambiente, poderão assumir uma posição privilegiada em relação aos mais diferentes usuários, tais como funcionários, clientes, fornecedores, financiadores, comunidade e governo. “Essa tendência decorre da maior conscientização do consumidor e conseqüente procura por produto e práticas que geram melhoria para o meio ambiente ou comunidade.” (ASHLEY, 2002, p. 3).

Seguindo o mesmo pensamento, Kraemer e Tinoco (2008) explicam que as organizações, nos diversos segmentos, geram informações qualitativas e quantitativas, tanto de ordem econômica e financeira, quanto de caráter social e ambiental. Estas têm considerável importância no mercado competitivo, pois as

empresas que demonstram preocupação com sua continuidade da organização em um ambiente saudável, estão ganhando espaço, gradativamente, no cenário globalizado.

De acordo com Tinoco (2002) da visão de empresa socialmente responsável, derivam programas de incentivo e motivação aos empregados, de treinamento, reciclagem e desenvolvimento de pessoal, políticas de benefícios sociais, atitudes de preservação e recuperação do meio ambiente, dentre outras. Diante disso, coloca-se a questão de porque não evidenciar estas preocupações nas demonstrações financeiras e no relatório de administração da empresa? Segundo o autor, a sociedade merece ser informada desses esforços e sua evidenciação é positiva para as empresas, tanto do ponto de vista de sua imagem, como de melhoria e qualificação da informação.

Desta forma, as informações ambientais e sociais poderão ser apresentadas nos demonstrativos contábeis tradicionais, como BP e DRE, porém de forma analítica.

Além dos relatórios tradicionais citados anteriormente, o Balanço Social – BS (ou Relatório de Sustentabilidade), a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, as Notas Explicativas e os Relatórios da Administração também são utilizados para evidenciar as ações socioambientais. Estes podem apresentar aos usuários a relevância da responsabilidade socioambiental nas organizações. Os tópicos a seguir tratam de cada um destes demonstrativos.

2.5.1 Balanço Social/Relatório de Sustentabilidade

O termo balanço, de acordo com Ponchirolli (2008, p. 81) “é extensiva a toda forma de inventário num dado momento, de um conjunto qualquer de elementos considerados como positivos e de outros, considerados como negativos.” Assim, tanto se faz balanço da situação política, do dia-a-dia, como da situação econômico financeira de uma empresa, em determinado período.

No que refere-se ao balanço social, que também pode ser denominado relatório de sustentabilidade, este é composto por um conjunto de informações de

caráter contábil, econômico e financeiro, cujo objetivo é levar ao conhecimento da sociedade o maior número de ações possíveis sobre o comprometimento social da organização, ou seja, é uma forma de realizar a prestação de contas para com a sociedade. (VIEIRA, 2008).

Tinoco (2002, p. 59) complementa o exposto ao afirmar que o balanço social é um “instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais do desempenho das entidades aos mais diferenciados usuários.”

Seguindo o mesmo conceito, De Luca (1998, p. 23) explica que “o balanço social é um instrumento de medida que permite verificar a situação da empresa no campo social, registrar as realizações efetuadas neste campo e principalmente avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade.”

Vários são os itens de verificação no balanço social, os quais Ricarte (2005, p. 53) destaca:

educação, saúde, atenção à mulher, preservação do meio ambiente, contribuições para melhoria da qualidade de vida e de trabalho dos funcionários, desenvolvimento de projetos comunitários, erradicação da pobreza, geração de renda e criação de postos de trabalho.

Tinoco (2002) corrobora com a explicação de Ricarte ao afirmar que o balanço social contempla uma série de informações de caráter qualitativo, dentre as quais se destacam as informações relativas à ecologia; as concernentes ao treinamento e formação continuada dos trabalhadores; segurança e condições de higiene no emprego, relacionamentos profissionais e contribuições das entidades para a comunidade.

O balanço social apresenta informações referentes à comunidade onde está inserida a organização, bem como com seus colaboradores, fornecedores, usuários dos serviços, o governo, sindicatos, os parceiros de suas atividades, pois é o demonstrativo que melhor evidencia as ações da empresa ligadas à qualidade do ambiente, distribuição dos valores à sociedade, educação, saúde, enfim, os benefícios gerados pela organização. É importante ressaltar que a elaboração deste demonstrativo não é obrigatória, e a forma como é estruturado e as informações nele contidas não precisam seguir um modelo determinado. Cada empresa pode

modificar e apresentá-lo da maneira que considerar melhor, porém, o importante é que evidencie as informações socioambientais da organização. (RICARTE, 2005).

Levando em conta a responsabilidade que tem o profissional da área contábil em relação às informações socioambientais, o Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução n. 1.003/04 aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 15, que versa sobre informações de natureza social e ambiental. Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011).

Com relação aos usuários da informação, ou seja, os *stakeholders*, segundo Ponchirolli (2008, p. 83) o relatório de sustentabilidade favorece a todos os grupos que interagem com a entidade, pois

aos dirigentes fornece informações úteis à tomada de decisões relativas aos programas sociais que a empresa desenvolve. Seu processo de realização estimula a participação dos funcionários na escolha das ações e projetos sociais [...]. Aos fornecedores e investidores informa como a empresa encara suas responsabilidades em relação aos recursos humanos e à natureza [...]. Para os consumidores dá uma ideia de qual é a postura dos dirigentes e a qualidade do produto ou serviço oferecido, demonstrando o caminho que a empresa escolheu para construir sua marca. E ao Estado ajuda na identificação e na formulação de políticas públicas.

Tinoco (2002) reforça a afirmação de Ponchirolli, quando ressalta quais são os usuários do balanço social e as metas relevantes do mesmo:

- Clientes – produtos com qualidade; recebimento de produtos.
- Fornecedores – parceria, segurança no recebimento; continuidade.
- Colaboradores – geração de caixa; salários adequados; produtividade; incentivos à promoção; segurança no emprego.
- Investidores – liquidez da ação; rentabilidade.
- Acionistas – retorno sobre o patrimônio líquido; continuidade; valorização da ação; crescimento no mercado.
- Gestores – qualidade; produtividade; retorno sobre o patrimônio líquido; valor adicionado.
- Governo – lucro tributável; produtividade.
- Vizinhos – contribuição social; preservação do meio ambiente; segurança.

Além do Balanço Social, de acordo com De Luca (1998), uma das formas que ampliam a capacidade de se analisar o desempenho econômico e social das empresas, a fim atender às necessidades de informações dos usuários sobre o valor da riqueza criada pela empresa e sua utilização, é por meio da demonstração do valor adicionado.

2.5.2 Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA passou a existir em decorrência do fato de que, de acordo com Neves e Viceconti (2002), a demonstração do resultado não ser capaz de, diretamente, mostrar o quanto de valor a empresa está adicionando aos insumos que adquire.

Pode-se dizer que a DVA surgiu como um complemento do Balanço Social, e tem por finalidade evidenciar quanto a empresa gerou de riquezas e o quanto desta riqueza foi distribuída a sociedade, para o governo, aos trabalhadores e terceiros. (RICARTE, 2005).

Corrêa (2011) complementa o exposto ao afirmar que a DVA pode ser entendida como uma “demonstração contábil complementar, visando informar sobre a participação de todos os fatores econômicos que intervieram na criação de valor para a entidade e o conseqüente rateio desse valor entre esses mesmos agentes econômicos.”

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p. 501) complementam o exposto por Corrêa, ao afirmar que a DVA “constitui uma importante fonte de informações sobre a capacidade de geração de valor e à forma de distribuição das riquezas de cada empresa.”

Santos (2003, p. 15) explica que, a contabilidade tem o papel principal na elaboração das demonstrações contábeis e, “por estar incluída nas ciências sociais, tem como uma de suas premissas fundamentais a identificação e aproximação das relações entre os diversos indivíduos ou entidades de uma sociedade”, principalmente em relação à geração e distribuição de riquezas à comunidade que as acolhe.

Desta forma, a DVA destaca-se como um demonstrativo, que, segundo Tinoco (2002), enriquece a informação contábil e social, sendo importante para aqueles que se dedicam à atividade de analisar demonstrações contábeis das organizações.

Este demonstrativo não é exclusivamente voltado para a apuração do resultado, e são seus componentes, além da informação relativa à riqueza gerada pela empresa, a forma com que tal riqueza é distribuída por meio de impostos pagos ao governo, juros e aluguéis destinados a financiadores externos, remunerações pagas aos trabalhadores e lucros e dividendos atribuídos aos sócios, proprietários e acionistas. (SANTOS, 2003).

O valor adicionado de uma empresa representa o quanto de valor ela agrega aos insumos que adquire num determinado período e é obtido, de forma geral, pela diferença entre as vendas ou produção e o total dos insumos adquiridos de terceiros. (DE LUCA, 1998, p. 32).

Braga (2006) reforça a afirmação, ao explicar que o valor adicionado é a riqueza gerada por uma empresa, a qual corresponde ao valor de suas vendas menos o custo de todos os bens e serviços por ela adquiridos, empregados na produção de seus bens ou serviços. É a riqueza que a entidade tem disponível para distribuir normalmente para empregados, governo, fornecedores e a própria empresa.

De acordo com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP n. 1, de 14 de fevereiro de 2007, o valor adicionado demonstra, a efetiva contribuição da empresa para a geração de riqueza da economia na qual está inserida, sendo resultado do esforço conjugado de seus fatores. Também afirma que a DVA constitui, desse modo, uma importante fonte de informações à medida que “apresenta esse conjunto de elementos que permitem a análise do desempenho econômico da empresa, evidenciando a geração de riqueza, assim como dos efeitos sociais produzidos pela distribuição dessa riqueza.” (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2011).

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 3.7 aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n. 1.010/05, estabelece os procedimentos para a apresentação da DVA. A resolução determina a estrutura básica, a forma comparativa de visualização entre os exercícios atual e anterior, e os componentes ou grupos que devem ser evidenciados. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011).

O Brasil está procurando se adequar às normas internacionais de contabilidade, em consequência das exigências do mercado globalizado e em constante mudança. A Lei n.º 11.638/07, art. 1º, instituiu a obrigatoriedade da publicação da DVA para as companhias de capital aberto, ou seja, sociedades anônimas com ações negociadas no mercado de balcão da bolsa de valores. Em seu art. 188, inciso II, estabelece que a DVA deverá indicar, no mínimo “o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.”

O Quadro 1 apresenta o modelo de DVA estabelecido pelo Ofício Circular CVM/SNC/SEP n. 01, de 14 de fevereiro de 2007, no qual evidencia-se o valor da riqueza gerada pela empresa e como está sendo distribuída:

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Em R\$ mil	20X1	20X2
1-RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços		
1.2) Provisão p/devedores duvidosos – Reversão/(Constituição)		
1.3) Não operacionais		
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)		
2.1) Matérias-Primas consumidas		
2.2) Custos das mercadorias e serviços vendidos		
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos		
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 – RETENÇÕES		
4.1) Depreciação, amortização e exaustão		
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1) Pessoal e encargos		
		continua

8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.3) Juros e aluguéis		
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos		
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício		
* O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.		

Quadro 1: Modelo de Demonstração do Valor Adicionado – DVA

Fonte: Comissão de Valores Mobiliários (2011).

Vale ressaltar que a DVA pode ser considerada um importante demonstrativo, a partir do momento que é entendida como um instrumento de evidenciação da riqueza gerada pela empresa e a distribuição da mesma.

Outra forma de apresentar informações da organização são as notas explicativas, que complementam os demonstrativos contábeis com dados relevantes para a interpretação das mesmas.

2.5.3 Notas Explicativas

Os demonstrativos contábeis apresentam informações de ordem econômica, financeira, social e ambiental aos usuários. Entretanto, é comum algumas destas não ficarem bem esclarecidas quando evidenciadas apenas nas demonstrações e, para isto, são elaboradas as notas explicativas, a fim de complementar os dados nelas contidos.

Segundo Ludícibus, Martins e Gelbcke (2007) um dos desafios da contabilidade, relativo à evidenciação, tem sido o dimensionamento da qualidade e da quantidade de informações que atendam às necessidades dos usuários das demonstrações contábeis em determinado momento.

De acordo com Bruni e Famá (2006, p. 142)

as notas explicativas correspondem a um complemento das demonstrações contábeis, que, geralmente, detalham as informações contidas nesses relatórios de forma a esclarecer a situação patrimonial e dos resultados do exercício. Podem ser expressas sob a forma descritiva ou sob a forma de quadros analíticos. Podem, também, englobar outras demonstrações contábeis, caso sejam necessárias para um melhor esclarecimento das demonstrações financeiras. As notas explicativas também podem ser empregadas para descrever práticas contábeis empregadas pela empresa, fornecer explicações adicionais sobre determinadas contas ou operações

específicas e, também, destacar a composição e os detalhes de certas contas.

Seguindo o mesmo pensamento, Hoog (2008) explica que as notas explicativas são um conjunto de informações contábeis, econômicas, sociais e financeiras que complementam a análise econômica e financeira por meio da revelação de práticas contábeis tais como: avaliação de ativos, estoques, imobilizados, e de passivos, perfil da dívida a curto e a longo prazos, forma de financiamento, arrendamento mercantil, ciclo operacional, enfim, informações relevantes e importantes para a interpretação das demonstrações contábeis. Desta forma, são consideradas uma ferramenta de auxílio aos gestores, pois esclarecem informações evidenciadas nos demonstrativos.

Matarazzo (2008, p. 40) complementa, afirmando que

as notas explicativas são dados e informações que ora complementam as demonstrações financeiras – como, por exemplo, taxas de juros, vencimentos e garantias de obrigações de longo prazo –, ora fornecem critérios contábeis, como os de avaliação de estoques, depreciação e demais provisões, ou ainda acrescentam informações, como garantias prestadas a terceiros, espécies de ações do capital social, eventos subsequentes à data do balanço que tenham efeitos relevantes sobre a situação financeira da companhia etc. Enfim, as notas explicativas contêm um conjunto de elementos que auxiliam a fazer avaliação mais ampla da empresa.

Ainda, de acordo com Ludícibus, Martins e Gelbcke (2007, p. 453) “as demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas, quadros analíticos ou outras demonstrações contábeis necessárias à plena avaliação da situação e da evolução patrimonial da empresa.”

Neste contexto, percebe-se que as notas explicativas representam um complemento das demonstrações financeiras, e constituem-se em peça importante no que diz respeito à transparência das operações, dos resultados e da situação econômico-financeira de uma instituição.

Assim, observa-se que os órgãos reguladores, na busca de tal transparência e de informações mais completas ao público, vêm exigindo, por meio de normativos, relativos a operações ou situações que mereçam atenção, a apresentação de determinadas informações mínimas em notas explicativas às demonstrações financeiras.

Com isso, a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 6 aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n. 737/92 estabelece as regras

para divulgação das demonstrações contábeis, e define o conteúdo das notas explicativas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares e/ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis propriamente ditas. [...] Incluem informações de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal, física e social, bem como os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis e eventos subsequentes ao balanço. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011).

As notas explicativas representam complementação obrigatória das demonstrações contábeis, passando a fazer parte efetiva do conjunto de publicações. Segundo o art. 176, §2º da Lei das Sociedade por Ações 6.404/76 “as demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.” Ainda, a Lei das S.A, em seu art. 176, §5º, inciso IV, estabelece as indicações mínimas que devem constar nas notas explicativas.

Para as instituições financeiras, com relação às notas explicativas, o Plano Contábil das Instituições Financeiras - COSIF estabelece que as demonstrações financeiras sejam publicadas acompanhadas das mesmas. É o COSIF que também apresenta os critérios e procedimentos contábeis a serem observados pelas instituições financeiras no Brasil, bem como a estrutura de contas e modelos de documentos. A edição da circular do BACEN, n. 1.273 de 29 de dezembro de 1987, criou o COSIF com o objetivo de unificar os diversos planos contábeis existentes à época e uniformizar os procedimentos de registro e elaboração de demonstrações financeiras. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011).

Desta maneira, as notas explicativas representam um detalhamento dos demonstrativos contábeis e devem ser lidas em conjunto com o mesmo. Esclarecem pontos que não ficaram bem retratados, como transações que possam alterar futuramente a situação patrimonial. Além disso, podem ser analisadas em conjunto com os relatórios da administração.

2.5.4 Relatórios da Administração

As organizações regidas pela Lei das Sociedades por Ações, além dos demonstrativos citados anteriormente, são obrigadas a elaborar os relatórios da administração, também conhecido como relatórios da diretoria. Este é um instrumento de comunicação, principalmente para com os acionistas da mesma. Outras empresas, que não são regidas pela Lei 6.404, podem, de forma optativa, realizar este demonstrativo para auxiliar em sua gestão.

Padoveze (2000, p. 84) explica que,

através desse relatório, a diretoria presta informação aos acionistas sobre diversos aspectos do desempenho e de perspectivas da sociedade relativas a estratégias de vendas, compras, produtos, expansão, efeitos conjunturais, legislação, política financeira, de recursos humanos, resultados alcançados, planos, previsões etc. É uma forma de manter os acionistas e terceiros a par do que se realiza na empresa. O relatório da diretoria é uma peça em que se relata livremente aquilo que julga importante.

De acordo com Bruni e Famá (2006), geralmente, antes da publicação das demonstrações contábeis, deve ser publicado um relatório elaborado pela diretoria que dê ênfase às informações de caráter não financeiro ou não monetário. Além de analisar a situação presente e os resultados passados, o relatório da diretoria deve preocupar-se com a análise de cenários e projeções das atividades futuras da empresa. Representa, portanto, um importante complemento às demonstrações financeiras, permitindo o fornecimento de dados e informações adicionais, úteis nos processos de tomada de decisões.

Com relação ao objetivo deste relatório, pode-se dizer que é a evidenciação dos principais aspectos que motivaram o desempenho da empresa no último exercício. Deve trazer, de forma clara, como os resultados foram obtidos, e os motivos que levaram a empresa à atual situação, a fim de que as eventuais dúvidas dos investidores com os números apresentados nos demonstrativos contábeis sejam sanadas. (PADOVEZE, 2000).

Além disso, o autor explica ainda, que nessa divulgação, as decisões fundamentais, estratégicas, táticas e operacionais, que foram tomadas pela diretoria da empresa para alcançar os resultados obtidos, devem ser delineadas, bem como o resultado de cada uma delas.

Segundo o parecer de orientação n. 15, de 28 de dezembro de 1987, da CVM, sugere-se que um relatório de administração deva conter as seguintes informações:

- a) Descrição dos negócios, produtos e serviços;
- b) Comentários sobre a conjuntura econômica geral;
- c) Recursos humanos;
- d) Investimentos;
- e) Pesquisa e desenvolvimento;
- f) Novos produtos e serviços;
- g) Proteção ao meio ambiente;
- h) Reformulações administrativas;
- i) Investimentos em controladas e coligadas;
- j) Direitos dos acionistas e dados do mercado;
- k) Perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros;
- l) Empresas investidoras;
- m) Considerações finais.

Observa-se que os relatórios da administração devem evidenciar as ações relativas ao meio ambiente e responsabilidade social. De acordo com Bruni e Famá (2006) podem ser divulgados quaisquer fatos relevantes ocorridos nos negócios da empresa que venham influenciar de modo considerável na decisão dos investidores e nas atitudes de compra e venda dos papéis da empresa negociados no mercado. Portanto, as informações de caráter social e ambiental também podem influenciar nas decisões dos investidores, preocupados com a continuidade da organização.

Em relação aos usuários dos relatórios da administração, destaca-se, em primeiro lugar, os acionistas. No entanto, existe uma série de outros usuários, e convém que, na elaboração do relatório, os mesmos percebam a utilidade das informações transmitidas pela diretoria, e possam verificar se estas satisfazem seus interesses. Os principais leitores a serem considerados são: acionistas e debenturistas, credores (bancos e governo), analistas de investimentos, órgãos reguladores, clientes, fornecedores, colaboradores, concorrentes, entre outros. (PADOVEZE, 2000).

Diante disso, percebe-se a importância da elaboração do relatório da administração, principalmente quando mencionado quais informações deve conter e os principais usuários, verificando-se, também, a relevância da divulgação de tal complemento dos demonstrativos contábeis e socioambientais.

2.5.5 Benefícios da Divulgação dos Relatórios/Demonstrativos Socioambientais

O pensamento de que a missão da empresa é produzir bens e serviços com lucro e, ao fazer isso, ela gera sua contribuição máxima à sociedade e está sendo socialmente responsável, está ultrapassado. (FRIEDMAN, 1985). De acordo com Araújo (2001), foi-se o tempo em que as empresas poderiam visar somente a maximização de lucros. Hoje, o compromisso social de uma empresa é bem maior do que em épocas passadas. E isto se deve ao fato de que as empresas tornaram-se fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de uma nação. A administração, que antes preocupava-se basicamente com a eficiência da produção e com a venda, deve dar atenção também à questão ecológica e social.

Desta forma, Vieira (2008) destaca que, a valorização do compromisso com as questões sociais se dá pela ideia de que as organizações existem para satisfazer as necessidades das pessoas que interagem com a mesma, e é importante perceber que a atuação das empresas como responsáveis pelo desenvolvimento da sociedade está sendo levada em conta por muitos analistas. Não basta preocupar-se apenas em satisfazer os acionistas e administradores, mas também com os clientes, colaboradores, consumidores e a comunidade como um todo, visando a criação de valor econômico e social.

Diante disso, pode-se dizer que o primeiro benefício da divulgação dos demonstrativos socioambientais é a transparência. E a publicação destes retrata a busca pela atualização da gestão da entidade. Vale destacar que a contabilidade, com a sua função de transmitir informações aos usuários, e estar incluída nas ciências sociais, tem papel fundamental neste processo.

Desta forma, Santos (2003, p. 30) ressalta com propriedade, que a contabilidade “tem como uma de suas premissas fundamentais a identificação e aproximação das relações entre os diversos indivíduos ou entidades de uma sociedade, principalmente em relação à geração e distribuição de riquezas à comunidade.”

Ricarte (2005, p. 63) ao abordar sobre a utilidade da informação contábil ressalta que esta é

comprovada na medida em que ela serve de apoio para a gestão da entidade e de instrumento de informação para a sociedade, cujo objetivo final é construir novas estruturas contábeis que permitam informar o real significado das entidades dentro de um contexto amplo que envolva, além dos fatos econômicos e financeiros, também os aspectos sociais e ambientais.

Neste sentido, a elaboração e a divulgação dos relatórios socioambientais consolidam-se como instrumento para a demonstração da transparência, da evidência e da gestão da responsabilidade social nas organizações no que se refere aos seus funcionários, às relações com a comunidade, à preservação do meio ambiente e, até mesmo, ao beneficiamento da imagem institucional das empresas. Assim, é necessário que as informações apresentadas possam ser lidas e interpretadas de forma clara e objetiva e que divulguem as ações realmente concretizadas pelas empresas. (REIS; MEDEIROS, 2007).

Pode-se citar como benefício da divulgação dos demonstrativos socioambientais a atração de novos investidores. De acordo com Tachizawa (2007, p. 53)

não existe maior poder de atração de novos investidores que a geração de lucros. Entretanto, a responsabilidade social exerce influência crescente nos negócios, trazendo vantagens competitivas às organizações aliadas à redução de custos (tecnologia limpa, uso racional e reciclagem de materiais, entre outros) com incremento nos lucros a médio e longo prazos.

Sobre este benefício, Reis e Medeiros (2007, p. 138) afirmam que a importância das informações contidas nos Balanços Sociais para o desenvolvimento:

[...] torna-se evidente quando estas são conjugadas com as demais demonstrações contábeis, em situações como a avaliação social das empresas, efetuada pela Bovespa, por meio de indicadores que consideram empresas que efetuam investimentos em ações sociais, beneficiando seus empregados e a comunidade, aumentando suas cotações em bolsas de valores.

Além disso, Tinoco (2001) comenta que a gestão de uma organização que combine recursos tecnológicos, físicos e de trabalhadores, realizada de forma competente, agrega valor para a empresa, isto é, provoca acréscimo nos lucros e, conseqüentemente, no Patrimônio Líquido e no Ativo, pois, para as empresas com fins lucrativos, o objetivo principal a ser alcançado é a maximização do seu patrimônio. Assim, elas investem em recursos físicos e humanos, para produzirem bens e serviços, os quais deverão proporcionar ganhos que beneficiarão a organização, os funcionários, os investidores, os clientes, os fornecedores e o governo, bem como a comunidade, que obterá bens e serviços com qualidade.

Diante disso, verifica-se a importância das instituições financeiras, especialmente as bancárias, no processo de desenvolvimento das questões socioambientais nas organizações, visto que as mesmas podem oferecer recursos que estimulem o interesse por negócios socialmente responsáveis.

2.6 Instituições Bancárias

A origem dos bancos é bastante discutida pelos autores. Destacam-se os ourives, que detinham estoques de ouro e prata, como os iniciantes dos negócios bancários, na Europa. Como estes, os coletores de impostos que emprestavam os fundos que recolhiam dos contribuintes, antes de remetê-los ao Tesouro, tornando-se o que denominou-se de “banqueiros”. Também os grandes mercadores são responsáveis pelo início das atividades semelhantes às bancárias, na Idade Média. (SIQUEIRA, 2007).

De acordo com a Casa da Moeda do Brasil (2011), os bancos só passaram a existir no país no século XIX. O primeiro banco estabelecido no império português foi o Banco do Brasil, que começou a funcionar no Rio de Janeiro em 1809. Os bancos privados surgiram apenas no final da década de 30, muitas vezes, contando com o apoio do Governo.

O Sistema Financeiro Nacional - SFN foi criado pela Lei 4.595 de 1964, e regula a estrutura e funcionamento do mesmo, que em seu art. 1º define que o SFN “será constituído pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil

- BACEN, Banco do Brasil S.A., Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e das demais instituições financeiras públicas e privadas.” (BRASIL, 2009).

Dentre as atribuições do CMN, está a finalidade de formular a política da moeda e do crédito, objetivando o progresso econômico e social do País. Ao Banco Central do Brasil compete, entre outras atribuições, cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, ou seja, está subordinado ao CMN. O Banco do Brasil opera como agente financeiro do Governo Federal, o principal executor das políticas de crédito rural e industrial e de banco comercial do governo. Ainda destaca-se o BNDES como o principal instrumento de execução de política de investimentos do Governo Federal. (FERNANDES, 2006).

As demais instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, são as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros. (LEI 4.595/64). As instituições bancárias se enquadram nestas características e, a seguir, destaca-se as distinções de tais instituições, tão importantes para o Sistema Financeiro Nacional.

2.6.1 Caracterização das Instituições Bancárias

Para caracterizar as instituições bancárias, no sentido usual da atividade, Turczyn (2005, p. 54) formulou o conceito de que “banco é a organização econômico-financeira que, servindo de intermediária entre os que dispõem de capital para investir e os que o desejam para fazer face aos gastos com a produção, tem por finalidade operar com o crédito.”

Seguindo a mesma ideia, Abrão (1999, p. 17) define banco como sendo “a empresa que com fundos próprios, ou de terceiros, faz da negociação de crédito sua atividade principal.”

A atividade bancária se caracteriza por dois períodos distintos. Turczyn (2005, p. 30) explica:

um primeiro dos “bancos monetários”, em que preponderavam as operações de câmbio manual de moedas; comércio de metais preciosos; os depósitos em custódia; as operações de empréstimos; as operações de pagamentos, por caixa e por contabilidade; e o câmbio. No segundo período surgem os “bancos de crédito”, que representavam um estado mais evoluído e no qual se fazia presente a intermediação financeira, ou seja, a captação de recursos em depósitos e a concessão de empréstimos sobre esses depósitos.

A base do sistema monetário brasileiro são os bancos, principalmente os comerciais. As Instituições Bancárias estão sujeitas às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN. Segundo a Comissão de Valores Mobiliários (2011) são classificados de acordo com a atividade que exercem:

- **Comercial:** suas atividades típicas são o recebimento de depósitos à vista em contas de movimento; efetuam empréstimos a curto e médio prazo; prestam serviços de cobrança bancária; são constituídas como sociedade anônima e consta na denominação o termo “banco”.
- **Desenvolvimento:** finalidade básica é o apoio financeiro às atividades econômicas regionais, promovendo o desenvolvimento.
- **Investimento:** têm o objetivo de oferecer apoio financeiro às empresas por meio de financiamento para o suprimento de capital fixo e de giro; podem oferecer *leasing* financeiro, administrar fundos de investimentos de renda fixa e clubes de investimento.
- **Múltiplo:** operam, simultaneamente, carteiras de banco comercial, de investimento, de crédito imobiliário, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil e de desenvolvimento. Devem possuir pelo menos duas destas carteiras mencionadas.
- **Cooperativo:** sociedades anônimas de capital fechado, controladas por cooperativas centrais de crédito.
- **Caixa Econômica:** atua na concessão de empréstimos e financiamentos de natureza assistencial, opera como agente do Sistema Financeiro de Habitação, explora com exclusividade serviços da Loteria Federal e Esportiva, entre outras atividades comuns de bancos comerciais.

Neste sentido, percebe-se quantas atribuições têm os bancos, e o quanto são importantes para o crescimento da sociedade, visto que exercem papel

fundamental na intermediação dos negócios financeiros. E assim como as demais organizações, também estas instituições precisam de gestores que conduzam os trabalhos.

2.6.2 Gestão de uma Instituição Bancária

A palavra gestão, de acordo com Amora (1998), significa gerência, administração, direção. Nas empresas, é justamente o planejamento, a organização, a liderança e o controle dos processos que compõem a mesma.

Nas instituições bancárias, segue-se a mesma ideia de gestão. A principal diferença é que o objeto destas é o dinheiro, sua função é comercializá-lo, como uma mercadoria. Enquanto as empresas de outros segmentos vendem produtos e serviços, os bancos captam “recursos de quem tem e os distribuem através do crédito seletivo a quem necessita, naturalmente criando moeda através do efeito multiplicador do crédito.” Há também a prestação de serviços de natureza financeira que complementam o atendimento às necessidades de seus clientes, como cobrança bancária, entre outros. (FORTUNA, 2005, p. 28).

Silva (2008, p. 21) afirma que:

a missão principal das empresas está associada ao atendimento à satisfação das necessidades humanas, respeitando-se princípios e compromissos das organizações. As empresas precisam de recursos para atenderem a suas necessidades de investimento e de capital de giro e aos bancos cumpre-lhes a função de supridores desses recursos, no desempenho de seus papéis de intermediação financeira.

Não há dúvida de que a atividade dos bancos faz parte do dia-a-dia, na prestação de serviços ou na intermediação financeira. Tal qual um supermercado, uma loja de departamentos ou um restaurante, os serviços bancários estão diretamente ligados ao nosso cotidiano. Afinal de contas, dinheiro e riqueza são assuntos que desde há muito interessam ao público em geral. (SILVA, 2008).

Vale ressaltar que este segmento sofreu com as mudanças no mercado. Os avanços nas comunicações, o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competição são exemplos de modificações que as organizações, incluindo as

instituições bancárias, estão enfrentando. De acordo com Souza (2008, p. 4) “a economia e o setor bancário, em particular enfrentam um ambiente competitivo em acelerada mudança”, em função das mudanças tecnológicas, abertura do setor bancário à competição internacional, criação de canais alternativos, entre outros. Para isto, é importante que as instituições bancárias estejam preparadas para vencer neste novo ambiente de negócios, alterando as estruturas da atividade do setor.

Além das mudanças citadas anteriormente, a responsabilidade socioambiental é uma questão que mobiliza a sociedade, governo e os gestores de organizações em busca de atitudes sustentáveis para a melhoria da qualidade de vida da população. Neste sentido, de acordo com Guimarães Filho (2008, p. 4), “um segmento econômico muitas vezes estigmatizado – os bancos – tem se destacado no campo da Responsabilidade Social.”

Diante disso, por seu poder econômico, o setor bancário pode ser considerado um aliado da disseminação da prática da responsabilidade social no Brasil, tanto pelo exemplo, como pela influência que exerce junto a seus clientes e em suas relações negociais. (GUIMARÃES FILHO, 2008). Com isso, percebe-se que as instituições bancárias, assim com outros tipos de organizações, devem realizar constantemente ações focadas nas questões socioambientais, principalmente por sua influência e por que este tipo de ação traz resultados positivos a mesma.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo expõe-se o estudo de caso realizado na instituição Caixa Econômica Federal. Inicia-se apresentando a caracterização da empresa. Posteriormente identifica-se de que forma as informações socioambientais são evidenciadas no Relatório de Sustentabilidade, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas e Relatórios da Administração, bem como os dados coletados por meio do questionário aplicado a gestores da Instituição pesquisada.

3.1 Caracterização da Instituição Pesquisada

Neste tópico aborda-se a entidade em estudo, apresentando alguns fatos históricos e aspectos gerais de organização, como missão, valores, visão de futuro, estrutura organizacional e planejamento estratégico, com o objetivo de contextualizar o conteúdo de que trata a pesquisa.

3.1.1 Histórico da Caixa Econômica Federal

O ano de 1861 marcou o início da história da Caixa Econômica Federal - CAIXA. Em janeiro deste ano, Dom Pedro II assinou o Decreto n. 2.723, dando origem à Caixa Econômica e Monte de Socorro, tendo começado suas operações em novembro do mesmo ano. (SIQUEIRA, 2007).

Segundo informações do *site* institucional da CAIXA (2011), esta instituição, desde a fundação, mostrou sua vocação para a poupança e para conceder empréstimos sob penhor, concorrendo com as centenas de casas de penhor que cobravam juros extremamente elevados. Na época, a poupança não era tão comum no Brasil quanto o empréstimo a penhor. O principal objetivo, para o

imperador, era servir de banco para os mais humildes, possibilitando que estes juntassem economias.

Em 1931 a Caixa inaugurou operações de empréstimo em consignação para pessoas físicas, de onde se percebe, segundo Lima (2011), “que a experiência da Caixa com a modalidade de crédito para pessoa física vem de longe, há mais de setenta anos.” Também foi neste mesmo ano que começou a operar a carteira hipotecária para aquisição de bens imóveis.

O Decreto n. 24.427, de 19 de junho de 1934, redefiniu o papel das caixas econômicas no Brasil. Essas instituições, nascidas com objetivos previdenciários e filantrópicos, foram transformadas em intermediários financeiros. Seus dirigentes, que até então exerciam suas funções gratuitamente, passaram a ser remunerados. [...] Com a nova regulamentação objetivava-se padronizar e diversificar suas operações. Foram criadas carteiras de hipotecas sobre imóveis urbanos, que ganharam papel de destaque entre suas operações ativas. (SIQUEIRA, 2007, p. 53).

Vale ressaltar, que somente no ano de 1969 é que a Caixa Econômica Federal foi constituída tal como é presentemente, deixando de se chamar Caixa Econômica e Monte de Socorro. O Decreto Lei n. 759, de 12 de agosto de 1969, atribuiu a CAIXA como instituição financeira, sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda. Conforme art. 6º, “como instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional, a CAIXA estará sujeita às normas gerais, às decisões e a disciplina normativa estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e a fiscalização do Banco Central do Brasil.” (LIMA, 2011).

O autor ressalta ainda, que em novembro de 1986 ocorreu uma das mais importantes modificações na Caixa. Pelo Decreto n. 2.291 de 26 de novembro de 1986, o Banco Nacional da Habitação – BNH, foi extinto e todos os seus direitos e obrigações foram incorporados pela Caixa, que assumiu os ativos e os passivos do BNH, assim como a administração do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, além dos diversos programas habitacionais e de saneamento básico até então a cargo do BNH. A partir de então, a Caixa tornou-se definitivamente a mais importante instituição responsável pelos financiamentos habitacionais e de desenvolvimento urbano do Brasil.

A função de explorar, com exclusividade, os serviços da Loteria Federal foi atribuída à Caixa, conforme Lima (2011), no início da década de 60. Além disso, o banco também passa a agir no ramo de educação quando inicia a

operacionalização, em 1976, do Crédito Educativo Universitário, posteriormente substituído pelo Programa de Financiamento Estudantil – FIES. (SIQUEIRA, 2007).

Assim, pode-se verificar que a CAIXA, ao longo da sua história, ampliou constantemente sua área de atuação, sendo que hoje atende correntistas, trabalhadores, beneficiários de programas sociais, apostadores e mutuários de financiamentos habitacionais. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011).

Lima (2011) destaca ainda que, a Caixa Econômica Federal é um importante banco público do país,

focado também em grandes operações comerciais, mas ainda assim não perdendo seu lado social estabelecido desde o início de sua criação. [...] Ao priorizar os setores de habitação, saneamento básico, infraestrutura e prestação de serviços, a Caixa exerce um papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social.

“A Caixa está autorizada a atuar em atividades relativas a crédito imobiliário, saneamento básico, infraestrutura urbana, bancos comerciais, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal.” Atualmente, conta com mais de 39 mil pontos de atendimento, com a finalidade de oferecer atendimento aos seus clientes bancários, bem como todos os trabalhadores formais, com direitos ao FGTS, PIS e Seguro Desemprego, beneficiários de programas sociais, como Bolsa Família, e apostadores de loterias, sempre buscando a ampliação dos serviços e da capacidade de investir no desenvolvimento sustentável do país. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011).

3.1.2 Missão e Valores

A Caixa Econômica Federal tem como missão:

Atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do País, como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011).

Ressalta-se que a Caixa Econômica Federal consolidou-se, em seus 148 anos, como um banco de grande porte, sólido e moderno, e uma empresa pública, que evidencia a responsabilidade social. E destaca como fundamental sua

colaboração para o desenvolvimento do país. (CAIXA ECONÔMICA FEREDAL, 2009).

Diante disso, a Caixa Econômica Federal destaca seus valores:

sustentabilidade econômica, financeira e socioambiental; valorização do ser humano; respeito à diversidade; transparência e ética com o cliente; reconhecimento e valorização das pessoas que fazem a CAIXA; eficiência e inovação nos serviços, produtos e processos.

De acordo com o *site* institucional da CAIXA (2011), os valores acima orientam a gestão e negócios, com a finalidade de gerar resultados sustentáveis, que garantam a perenidade da empresa e contribuam para a melhoria da qualidade de vida de seu público interno e externo, e fortalecer a imagem da instituição de banco da sociedade brasileira.

3.1.3 Visão de Futuro

A Caixa Econômica Federal apresenta como visão de futuro, ser referência mundial como banco público integrado, rentável, eficiente, ágil, com permanente capacidade de renovação e consolidará sua posição como o banco da maioria da população brasileira. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011).

Além disso, destaca que pretende manter-se líder na implementação de políticas públicas, com parceria estratégica dos governos estaduais e municipais. Buscará a consolidação de sua posição como banco da maioria da população brasileira, com relevante presença no segmento de pessoa jurídica e excelente relacionamento com seus clientes.

Em relação às inovações tecnológicas, buscará ser detentora de alta tecnologia da informação em todos os canais de atendimento. Pretende manter o reconhecimento dos empregados por mérito, e capacitá-los com desenvolvido espírito público. Ressalta-se que a CAIXA busca, também, a manutenção dos relacionamentos com parceiros competentes e de forte compromisso social. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011).

3.1.4 Estrutura Organizacional

A Caixa Econômica Federal é uma instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional, auxiliar da execução da política de crédito do Governo Federal e está sujeita à fiscalização do Banco Central do Brasil. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011).

Constituem os órgãos de Administração da CAIXA, segundo seu *site* institucional:

- o Conselho de Administração;
- a Diretoria, constituída pela Presidência, Conselho Diretor, Vice-Presidência responsável pela gestão de ativos de terceiros e Vice-Presidência responsável pela administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, nestes incluído o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que compartilharão a representação orgânica e a gestão da CAIXA.

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela orientação geral dos negócios, definição das diretrizes, desafios e objetivos corporativos, além do monitoramento e avaliação dos resultados, composto por sete conselheiros indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011).

À Diretoria, composta pelo Presidente da CAIXA e nove Vice-Presidentes, nomeados e demitidos pelo Presidente da República, por indicação do Ministro do Estado da Fazenda, compete, entre outras atribuições, aprovar e apresentar ao Conselho de Administração as políticas, demonstrações contábeis, propostas orçamentárias, prestação de contas anual, bem como elaborar propostas para o plano estratégico. Além dos Vice-Presidentes que integram o Conselho Diretor, também são nomeados dois Vice-Presidentes que respondem exclusivamente pela administração das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, os quais não respondem pelas demais atividades da CAIXA. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011).

3.1.5 Planejamento Estratégico

O processo de planejamento estratégico em uma organização nada mais é do que a construção ordenada de um caminho a seguir, visando o futuro desejado. “Se realizado de forma correta, garante à instituição melhores condições para enfrentar incertezas, ameaças e turbulências vindas do ambiente de mutação.” (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011).

O planejamento estratégico permite à empresa dispor dos objetivos e caminhos a serem seguidos. Para a CAIXA (2011), o planejamento estratégico constitui-se instrumento fundamental para a concretização da sua missão e para o alcance dos múltiplos objetivos.

Segundo seu *site* institucional (2011), a CAIXA formulou o seu Plano Estratégico, denominado CAIXA 2009-2015, com a participação dos seus colaboradores. “Participaram de sua construção a alta direção, gestores da matriz e representantes dos empregados lotados as Filiais, Superintendências Regionais, rede de agências e retaguarda.” Vale destacar que o mesmo Planejamento foi iniciado em 2005, porém a última revisão realizada em seu todo foi no ano de 2009.

O Plano Estratégico CAIXA 2009/2015 é composto por Missão, Valores, Visão de Futuro, já apresentados anteriormente, bem como os Desafios Estratégicos, quais sejam:

Desafio 1 - Ampliar a participação no mercado de crédito pessoa física e jurídica; Desafio 2 – Ser o principal agente das políticas públicas; Desafio 3 – Consolidar a Caixa como principal banco de relacionamento com a administração pública; Desafio 4 – Ser referencial de excelência no atendimento; Desafio 5 – Ser uma das melhores empresas para se trabalhar; Desafio 6 – Adequar processos e aprimorar soluções integradas de tecnologia da informação; Desafio 7 – Liderar o mercado de captação de recursos.

“O cenário atual exige cada vez mais adaptações às mudanças impostas aos ambientes de negócios.” No caso da Caixa, esta está assumindo mais responsabilidades frente às políticas sociais do Governo Federal, basta ver a importância da Instituição no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e as atribuições que tem assumido para ajudar a fortalecer a estabilidade econômica diante da crise econômica mundial, como os programas habitacionais que atua

como principal agente para a realização. Para isto, a entidade elaborou o seu planejamento estratégico (Caixa 2009-2015), e faz revisão do mesmo periodicamente. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011).

Ressalta-se que os itens que compõem o planejamento estratégico perfazem a identidade institucional da CAIXA e lhe servem como base para decisão, considerando o grau de relevância para os destinos da organização. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011).

3.1.6 Responsabilidade Socioambiental

De acordo com a Caixa Econômica Federal (2011), como possui diversos produtos e serviços que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, tais como: as parcerias que mantém com os municípios, financiando e repassando recursos para o saneamento ambiental; a infraestrutura; a habitação; e as ações socioambientais com a comunidade, está reduzindo impactos sobre o meio ambiente e, além disso, promovendo o desenvolvimento sustentável.

O projeto corporativo de responsabilidade social inclui a política ambiental da instituição, considerando a promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável um compromisso vinculado à própria razão de ser da empresa. Tal projeto busca desenvolver a cultura organizacional de sustentabilidade e adotar um comportamento proativo junto aos empregados, clientes, fornecedores e parceiros da Caixa, a fim de consolidar seu posicionamento de empresa pública socialmente responsável. A busca pela eliminação de desperdícios, a ecoeficiência e o estímulo ao uso de materiais reciclados, são exemplos de ações que atingem o público interno e externo. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011).

De acordo com informações do *site* institucional da CAIXA (2011), uma empresa que gere seus negócios pautada no desenvolvimento sustentável, foca sua gestão no equilíbrio entre o social, econômico e ambiental, o que significa garantir o sucesso do negócio e contribuir para o desenvolvimento econômico e social da comunidade, preservando o meio ambiente saudável. A entidade acredita na

compatibilidade entre lucratividade e sustentabilidade ambiental e reforça a importância das instituições financeiras apoiarem esta visão.

Em sua missão, demonstra a preocupação com o desenvolvimento da sociedade e da qualidade de vida da comunidade, integrando as questões socioambientais aos negócios da empresa. Diante disso, estabeleceu princípios, visando fortalecer o relacionamento com os *stakeholders* e a imagem da instituição como o “banco dos brasileiros”, quais sejam: responsabilidade; transparência; comportamento ético; consideração pelas partes interessadas; legalidade; normas internacionais (favoráveis à responsabilidade social); direitos humanos e gestão participativa. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011).

Vale ressaltar que um dos principais objetivos da CAIXA é promover a inclusão social, e uma das melhores formas de contribuir com isto é o apoio a iniciativas artísticas e culturais, educacionais e desportivas. Neste sentido, a organização apóia eventos culturais, mostrando sua consciência de que a valorização da cultura é também um fator de inclusão social, garantindo à população o contato com a arte de qualidade. Com isso, consolida sua vocação como o banco dos brasileiros e de empresa que valoriza a criatividade. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011).

A responsabilidade social, estando incluída na gestão de uma organização, pode ser definida pela relação ética da empresa com todos os públicos com as quais se relaciona. Diante disso, a CAIXA (2011) se posiciona, afirmando que

delinea-se o papel da Caixa como um espaço de promoção de melhores condições de vida, em todos os sentidos, e de formação de pessoas socialmente responsáveis. A consciência ética surge como um elemento fundamental desse processo e se revela na prática cotidiana por meio da ação alicerçada na responsabilidade socioambiental.

Além de enfatizar o papel da empresa como agente indutor de desenvolvimento e sua importância para a sociedade, o Plano Estratégico evidencia a preocupação corporativa com o tema da sustentabilidade, bem como o propósito de buscar a melhoria, a simplificação e a agilidade de processos para que os objetivos prioritários sejam alcançados. (CAIXA ECONOMICA FEDERAL, 2011).

Para a CAIXA, os valores éticos norteiam a condução dos negócios, orientando as ações e o relacionamento com o público interno e externo. Além disso,

para a instituição, colaborar com o crescimento do país é prioridade. São desenvolvidas parcerias com o poder público, especialmente o municipal, a fim de proporcionar soluções mais eficientes para a gestão financeira dos municípios e para a implantação de projetos de infraestrutura, entre outras.

É importante destacar que a Caixa é signatária do Pacto Global, uma iniciativa internacional que busca incentivar a gestão empresarial, pautada em princípios de Responsabilidade Social. Este pacto se baseia em dez princípios, os quais englobam direitos humanos, do trabalho, do meio ambiente e das práticas antipropinas. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011). Desta forma, a entidade contribui para uma melhor qualidade de vida dos seus empregados, clientes, comunidade na qual está inserida, governo e sociedade e, numa visão global, para o mundo.

Sendo a transparência um dos princípios que norteiam a atuação da CAIXA, a entidade divulga, periodicamente, balanços que tornam público seu desempenho nas áreas social, financeira e administrativa. Há, em seu *site* institucional, uma página denominada “Transparência Pública da CAIXA”, que tem como objetivo divulgar periodicamente os dados da Execução Orçamentária e financeira dos programas do governo em que a instituição atua, bem como informações de diárias e passagens, licitações, contratos e convênios.

3.2 Principais Informações Destacadas nos Relatórios/Demonstrativos Socioambientais da Organização em Estudo

Neste tópico apresentam-se as principais informações evidenciadas no Relatório de Sustentabilidade, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas e Relatório da Administração da Caixa Econômica Federal. Vale ressaltar que os relatórios/demonstrativos analisados são referentes ao ano de 2010.

É importante salientar que, por meio da Resolução do CMN nº 3.786/2009, da Carta Circular nº 3.472/2009 e Carta Circular 3.516/2010, o Banco Central do Brasil reiterou o compromisso assumido com a convergência brasileira às

Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS – *International Financial Reporting Standards*) estabelecendo que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo órgão, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor, devem, a partir da data base de 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar até cento e vinte dias após essa data suas demonstrações contábeis consolidadas, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do parecer do auditor independente, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – *International Accounting Standards Board*. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011).

3.2.1 Relatório de Sustentabilidade

O Relatório de Sustentabilidade é um demonstrativo elaborado anualmente pela CAIXA para prestar contas das atividades e dos impactos econômicos, sociais e ambientais da organização na sociedade. Reúne informações sobre projetos e ações sociais, em prol do desenvolvimento sustentável, e serve como instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social empresarial. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011).

O demonstrativo da Caixa Econômica Federal do ano de 2010, o último a ser publicado, que compreende informações relativas ao período que vai de 1 de janeiro a 31 de dezembro, foi elaborado de acordo com as diretrizes previstas pela *Global Reporter Initiative* (GRI), organização internacional detentora de um modelo de referência mundial para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. Vale lembrar que até o ano de 2006 a entidade produzia o BS de acordo com o modelo de conteúdo do Instituto Ethos.

Em seu Capítulo 1, destaca-se o Perfil da Caixa, apresentando histórico, a missão, o código de ética, salientado os principais valores, estratégia, demonstração da distribuição da riqueza, entre outros.

O Capítulo 2 trata da Governança Corporativa, trazendo as mudanças no modelo de gestão, realizadas no ano. Vale ressaltar que foram criadas a Vice-Presidência de Gestão de Pessoas e, vinculada a esta, a Superintendência de Responsabilidade Social e Relacionamento com Empregados, anteriormente vinculadas à Presidência.; Vice-Presidência de Governo e, a ela vinculada, a Gerência Nacional de Meio Ambiente, que vincula as questões ambientais aos negócios da Caixa.

Para cumprir a tarefa de atender à população, de se manter como executor eficaz de políticas públicas e de seguir como paradigma na concessão de crédito à sociedade, a CAIXA tem procurado avançar no processo de consolidação de uma moderna estrutura de governança. A Instituição tem buscado fazer com que as suas ações estratégicas e cotidianas conduzam à consolidação de uma cultura interna voltada para a sustentabilidade, modelo de atuação que assegura o desenvolvimento equilibrado entre as três dimensões que devem compor a essência de uma moderna organização empresarial: a econômica, a social e a ambiental. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011).

Destaca-se também que a CAIXA adota na condução de seus negócios os valores éticos como respeito, honestidade, compromisso, transparência, responsabilidade, legalidade, consideração das partes interessadas (*stakeholders*) e adoção de normas internacionais relativas à Responsabilidade Social Empresarial – RSE, possibilitando a lisura no seu relacionamento com as partes interessadas internas e externas. Esses valores são praticados por todas as instâncias da direção da empresa (governança corporativa), de forma atenta aos direitos humanos e à gestão participativa, possibilitando resultados benéficos e desenvolvimento a todas as partes interessadas para alcance de sua sustentabilidade.

Em seu capítulo 3 a CAIXA trata do relacionamento com os colaboradores. A empresa adota o relacionamento pautado no respeito e na valorização do ser humano, implementando ações que vão além do que preconiza a legislação trabalhista e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nesse contexto, desenvolve ações que contemplam o respeito à diversidade, direito ao benefício de saúde para companheiros/companheiras de empregados(as) de mesmo sexo, liberação para participação em sindicato sem prejuízo pecuniário, desenvolvimento de capacitação profissional, entre outros. Além disso, estabeleceu indicadores específicos para monitorar a evolução da distribuição de oportunidades em meio à diversidade (homens e mulheres, brancos e negros). As metas de

evolução têm de constar no Planejamento Estratégico e cabe aos gestores fixar tais objetivos, principalmente em funções de gestão.

É importante destacar o investimento em qualificação profissional, sendo que a entidade disponibiliza desde 2001 a Universidade Corporativa Caixa, por intermédio da *internet*, a fim de formar, atualizar e aperfeiçoar os empregados, oferecendo oportunidades de aprendizagem contínua. Um dos treinamentos oferecidos pela empresa, sendo uma experiência inovadora de capacitação dos empregados, é o curso de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), como forma de permitir o atendimento a clientes deficientes auditivos.

Também é importante salientar o Programa Adolescente Aprendiz, no qual a entidade contrata adolescentes com idade entre 15 e 16 anos, oferecendo capacitação em serviços bancários e administrativos, contribuindo com a erradicação do trabalho infantil. Além disso, no que diz respeito à ampliação das oportunidades de acesso dos jovens aos mercado profissional, a Caixa firmou o convênio com o Ministério da Educação, por meio do qual passou a reservar 20% das vagas de estagiários para bolsistas do Programa Universidade para Todos - PROUNI.

Em 2007 teve início um esforço corporativo sistematizado voltado ao desenvolvimento de ações e políticas em prol do trabalhador com deficiências. Foram formados grupos com o objetivo de envolver os empregados com deficiências no debate acerca de suas necessidades específicas e de possíveis caminhos para promover a igualdade de oportunidades e a inclusão.

A empresa também persegue a meta do tratamento equânime entre homens e mulheres no ambiente de trabalho. Dentro desse objetivo, não admite distinções salariais relacionadas a gênero. Os salários estão alinhados ao cargo efetivo ocupado pelo colaborador e ao Plano de Funções Gratificadas (PFG), implantado em 2010. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011).

Ainda, a adoção de práticas saudáveis no ambiente de trabalho e na vida é o objetivo do Programa de Qualidade de Vida desenvolvido pela CAIXA. Entre as ações, estão convênios firmados com instituições especializadas em programas de atividade física, educação nutricional e arca parcialmente com o custo do tratamento de empregados dispostos a parar de fumar.

Vale destacar que a CAIXA tem como regra oferecer os mesmos benefícios, indiscriminadamente, a todos os empregados, independentemente de sua jornada de trabalho. É o caso do plano de assistência médico-hospitalar Saúde CAIXA. Além disso, os filhos de empregados da CAIXA portadores de deficiência incapacitante têm direito à assistência na área da saúde mesmo após completarem 24 anos de idade.

No Capítulo 4, a empresa apresenta o relacionamento com o público externo, e afirma que as atividades da CAIXA como banco público e parceira estratégica do governo federal geram a interação contínua com a população brasileira em diversos segmentos: clientes, beneficiários de programas sociais, fornecedores, parceiros, organizações da sociedade civil, entidades do setor público.

Sua relação com os fornecedores é pautada a partir da legislação vigente, atenta aos valores de responsabilidade socioambiental. Na aquisição de produtos e serviços de terceiros exige-se o preenchimento de alguns requisitos, dentre os quais pode-se citar a exigência de atestado declarando que a empresa candidata (em licitações) não possui menores trabalhando e licitação para aquisição de envelopes confeccionados com papel reciclado.

Desde 2003 a Caixa é signatária do Pacto Global da ONU, “iniciativa que visa estimular empresas e atores sociais de todo o mundo a contribuir para o avanço das práticas de responsabilidade social corporativa, na busca por uma economia global mais sustentável e inclusiva.” (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011). O Pacto abrange princípios de direitos humanos, direitos do trabalho, de proteção ambiental e contra a corrupção. Para coordenar as ações, conta com o Programa Caixa Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que tem a finalidade de promover a execução de ações sociais de inclusão e geração de trabalho e renda. As práticas do programa visam fortalecer a relação da CAIXA com as comunidades em situação de vulnerabilidade social, fomentando o exercício da liderança social no qual a CAIXA assume o papel de indutora do desenvolvimento local.

Sobre o desempenho ambiental, tratado no Capítulo 5 do Relatório de Sustentabilidade do ano de 2010, coloca-se que a CAIXA tem em sua política de concessão de crédito a iniciativa de considerar eventuais riscos ambientais associados aos projetos empresariais apresentados para obtenção de recursos financeiros; e a exigência de apresentação de licenciamento ambiental pelas

peças jurídicas interessadas em financiamentos e cujas atividades sejam poluidoras. Além disso, também está engajada no combate ao uso de madeira ilegal e ao desmatamento irregular das florestas nativas brasileiras: qualquer construtora, incorporadora ou entidade organizadora de empreendimentos habitacionais erguidos com recursos da CAIXA deve comprovar a origem das madeiras usadas na obra, por meio do Documento de Origem Florestal (DOF) e de uma declaração que demonstre o volume e a destinação dessas matérias-primas.

Uma das empresas com maior poder de compra do país, a CAIXA usa sua influência sobre a cadeia de fornecedores para disseminar as práticas da sustentabilidade. Condiciona, por exemplo, a aquisição de produtos e serviços ao cumprimento de requisitos sociais e ambientais. Destaca-se a decisão de incluir nos novos contratos de crédito habitacional uma cláusula com a exigência de que os tomadores de recursos arborizem todos os empreendimentos a serem construídos.

Além de aderir ao Pacto Global em 2003, a CAIXA, em 1995, também assinou o Protocolo Verde, documento em que grandes instituições financeiras do país se comprometeram a seguir práticas bancárias pautadas pela responsabilidade socioambiental, e em 2009 aderiu aos Princípios do Equador, conjunto de exigências socioambientais definidas pelo setor bancário internacional para a concessão de financiamentos a projetos.

Como empresa comprometida com a sustentabilidade, a CAIXA trata a questão ambiental como prioridade, abordando-a de maneira transversal. A empresa tem como praxe avaliar os impactos de seus processos produtivos, buscando mitigá-los por meio de soluções de ecoeficiência. De outro lado, dissemina boas práticas socioambientais entre os grupos com os quais se relaciona.

A Instituição implementou no ano de 2003 o Programa de Racionalização de Gastos e Eliminação de Desperdícios – PROGED, o qual tem como meta equilibrar o nível de gastos administrativos e, sob a visão da responsabilidade ambiental, traduz-se em impacto positivo na conservação de recursos naturais. Além disso, no relacionamento com os fornecedores de produtos e serviços foi estabelecido princípios baseados na responsabilidade socioambiental.

Em 2008, a entidade iniciou projetos de monitoramento do consumo e de racionalização de água, energia elétrica e telefonia. Também estabeleceu metas para sua atuação ambiental, como a oferta de vantagens financeiras para projetos

promotores da preservação ambiental e estruturação de padrões de consumo sustentáveis.

Para finalizar, a instituição afirma que o Relatório de Sustentabilidade relata o desempenho da Caixa no ano de 2010, no que se refere às “dimensões econômica, social e ambiental, bem como as estratégias e políticas que norteiam as operações.” Além disso, apresentam-se dados que conduzem a atuação da empresa, que podem ser complementados com os outros demonstrativos comentados na sequência.

3.2.2 Demonstração do Valor Adicionado

A Caixa Econômica Federal publica seus demonstrativos contábeis Relatório de Sustentabilidade, DRE, DVA e Relatórios da Administração, bem como as notas explicativas e parecer dos auditores, anualmente. De acordo com a Lei 11.638/07, esta instituição é obrigada a divulgar, juntamente com as demais demonstrações, a Demonstração do Valor Adicionado – DVA. Em cumprimento a esta legalidade, e as orientações de preenchimento estabelecidas pelo Ofício Circular CVM/SNC/SEP n. 01, de 1º de fevereiro de 2007, a instituição elabora a DVA com o objetivo de evidenciar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição da mesma.

Considerando o demonstrativo do ano de 2010, analisando as demonstrações de caráter social, pode-se perceber que a maior parte da riqueza gerada, ou seja, 63,57%, um total de R\$ 9.279.992 mil, foi distribuída para Pessoal e Encargos, nestes incluídos salários, encargos previdenciários, previdência privada (percentual que a empresa deposita em favor do colaborador), benefícios e participação nos resultados.

Os valores recolhidos aos cofres públicos, nas formas de Imposto de Renda – IR, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, COFINS, PIS, PASEP, INSS, ISSQN, IPTU e taxas, representam 6,40% da riqueza, perfazendo um total no exercício de R\$ 945.633 mil.

Os valores destinados a aluguéis representam 4,24% do total das riquezas. O total líquido retido na forma de lucros foi de R\$ 2.066.072 mil, ou seja, 20,61% do total.

Vale ressaltar que a CAIXA faz questão de afirmar que a sua gestão é baseada na boa relação com as partes interessadas e na imagem de banco da sociedade brasileira, considerando sempre que um dos princípios que sustentam suas ações é a transparência.

3.2.3 Notas Explicativas

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis, e fundamentais para os usuários das informações, pois esclarecem os dados demonstrados nas mesmas.

Em relação às informações socioambientais evidenciadas pela CAIXA nas notas explicativas, considerando os demonstrativos do exercício de 2010, pode-se destacar:

- Recursos para Destinação Específica, os quais referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias e de fundos alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela Instituição. Estão evidenciadas as obrigações por programas como FIES, Bolsa Família, FGTS e Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). Este com a finalidade de articular ações de segurança pública para a prevenção da criminalidade.
- Os empregados da CAIXA recebem anualmente valor referente a Participação nos Lucros e Resultados – PLR. No ano de 2010, o montante distribuído foi de R\$677 milhões.
- Previdência Privada, Auxílio Alimentação/Cesta Alimentação e Plano de Saúde aparecem nas notas explicativas como Benefícios oferecidos a empregados:

- Com relação aos planos de previdência privada, a CAIXA é patrocinadora da Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF, que tem por objetivo a administração de planos de benefícios de natureza previdenciária. Vale ressaltar que a instituição contribui, em todos os planos de benefícios, com valores pré-determinados em cada um.
- Sobre o Auxílio Alimentação/Cesta Alimentação, a Caixa fornece aos seus empregados e dirigentes na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, definido no mês de setembro de cada ano.
- O Plano de Saúde – Saúde Caixa é um plano de assistência a saúde aos seus empregados e familiares, e abrange diversas especialidades. A CAIXA participa com a contribuição mensal de 70% das despesas assistenciais e o beneficiário titular contribui com 30%, mediante mensalidade de 2% de sua remuneração-base, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitado ao teto anual.
- Considerando que a CAIXA é signatária do Pacto Global, e que o mesmo tem como um dos princípios a prática antipropinas, vale ressaltar que na nota explicativa referente a “Partes Relacionadas”, destaca-se que a entidade não concede empréstimos e financiamentos aos seus vice-presidentes, membros do conselho fiscal, de administração e de auditoria.

Referindo-se às informações socioambientais apresentadas nas notas explicativas do ano de 2010, percebe-se que foram evidenciadas apenas informações de ordem social, não especificamente ambiental. No entanto, estas são demonstradas em outros relatórios/demonstrativos analisados.

3.2.4 Relatórios da Administração

A publicação do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Valor Adicionado, é obrigatória, como estabelecido pelo Banco Central do Brasil – BACEN. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011). Como forma de se apresentar como peça fundamental para o desenvolvimento brasileiro, a CAIXA elabora e divulga os Relatórios da Administração, a fim de prestar contas do desempenho da instituição à sociedade. Percebe-se que os projetos e ações sociais e socioambientais são evidenciados neste demonstrativo.

Já no início dos relatórios do ano de 2011 destaca-se a importância da instituição para o desenvolvimento do país. Ressalta-se que a CAIXA é reconhecida pela sociedade como um dos bancos que mais contribui para o desenvolvimento do país.

Neste sentido, o Relatório da Administração apresenta que nos últimos oito anos a CAIXA permitiu acesso ao mercado bancário de aproximadamente onze milhões de brasileiros, por meio da conta CAIXA Fácil. Além disso, para garantir a qualidade do atendimento, a Instituição concluiu em 2010 a implantação de um novo modelo de atendimento e na remodelagem física das suas unidades, sendo um dos instrumentos criados o Gerenciador de Atendimento, que permitiu reduzir o tempo de espera para atendimento no guichê de caixas e demais ambientes.

No mesmo enfoque de inclusão ao mercado bancário e baseada nos princípios de sustentabilidade, foi inaugurada a Agência Chico Mendes, primeira agência barco, para atender comunidades ribeirinhas dos municípios da Bacia Amazônica.

Atuando em prol da inclusão digital, a Instituição fez doação de 33.511 microcomputadores ao Programa de Inclusão Digital do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Confirmando a disposição da empresa em contribuir para o desenvolvimento do país, pode-se destacar a participação na execução do PAC desde 2007 como o principal agente financeiro e já beneficiou mais de 135 milhões

de pessoas com obras de habitação, abastecimento, esgoto, drenagem, pavimentação entre outros, ajudando a criar mais de 23 milhões de empregos. No Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009 pelo Governo Federal e com a meta de financiar um milhão de moradias às famílias com baixa renda, a CAIXA superou o desafio.

Em relação aos créditos de Infraestrutura, no ano, do total de R\$15,2 bilhões de recursos aplicados em saneamento e infraestrutura, saúde, agricultura, educação e desporto, R\$12,4 bilhões corresponderam a financiamentos e R\$2,8 bilhões a repasses do Governo Federal.

A CAIXA atua junto aos governos afim de “apoiar a gestão de Estados e Municípios e, para isso, a empresa vem desenvolvendo uma estratégia especial para atendimento ao cliente governo.” (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011). A instituição é agente financeiro do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, o qual apóia a melhoria da gestão pública estadual e municipal, com recursos originários do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com a finalidade da melhoria no atendimento ao cidadão e gestão fiscal. Até 2010 fo cotratados R\$558,2 milhões, beneficiando 90 municípios.

A adoção de melhores práticas em governança corporativa tem possibilitado à CAIXA responder aos desafios centrais da organização: integrar as dimensões social, econômica e ambiental, na busca da sustentabilidade, por meio do desempenho empresarial responsável, que prioriza a transparência e a ética na geração de valor para a sociedade.

Com relação aos benefícios oferecidos aos empregados, destaca-se o investimento em capacitação profissional (formação, treinamento e desenvolvimento) no valor de R\$ 62,3 milhões. Além disso, foram realizadas durante o ano, ações para a promoção da saúde, tais como o Programa Ambiente Livre de Fumaça, com a participação de cerca de mil empregados, e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, com mais de quarenta mil exames realizados, e a Campanha de Vacinação Antigripe, que disponibiliza vacinas a todos os empregados ativos e aposentados. Além disso, pode-se salientar o patrocínio para seus empregados à plano de previdência complementar fechado, proporcionando-lhes a possibilidade de planejar o futuro após a aposentadoria.

Para a CAIXA, o desafio da responsabilidade social empresarial consiste em internalizar em suas práticas o equilíbrio entre os pilares social, econômico e ambiental, visto que este é o único caminho para assegurar a sustentabilidade para continuidade da vida do planeta. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011). Neste sentido, realiza a Campanha “Nós Fazemos”, que a cada ano apresenta um tema, com o objetivo principal de estimular práticas de desenvolvimento sustentável em toda a Organização. Tal atitude contribui para a formação de uma nova consciência de preservação do meio ambiente no país.

Nessa perspectiva, e para consolidar o seu compromisso com a causa socioambiental, foi criado, em 2010, o Fundo Socioambiental CAIXA destinado ao apoio financeiro de projetos de caráter social e ambiental.

Em seus negócios, a empresa tem por premissa gerir seus negócios com base em princípios e valores que a consolidem como empresa socialmente responsável, por meio de práticas que promovam o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, nas operações de crédito com valores iguais ou superiores a R\$ 10 milhões, é realizada análise socioambiental do cliente pessoa jurídica e, se forem identificados riscos ambientais, a CAIXA faz o acompanhamento do cumprimento de determinadas cláusulas, cujo objetivo é levantar os riscos e recomendar medidas mitigadoras e/ou compensatórias.

Na área de tecnologia da informação, destaca-se o Projeto de Bancarização dos beneficiários do Programa Bolsa Família. Todos os terminais lotéricos e correspondentes bancários permitem abertura de contas simplificadas, a fim de possibilitar o atendimento em localidades de difícil acesso e que não possuem agência de qualquer instituição bancária.

Foi renovado em 2008 o acordo entre a Caixa, a ONG Moradia e Cidadania e a Lexmark, empresa do ramo de impressão. Esta parceria reforça incentivos aos programas sociais da ONG e reduz o impacto ambiental com a reciclagem das peças usadas.

Também é destaque nos Relatórios da Administração o apoio ao Esporte e a Cultura. Vale ressaltar a liberação R\$ 40,7 milhões para patrocínio da Confederação Brasileira de Atletismo, de Ginástica e de Lutas Associadas, e para o Comitê Paraolímpico Brasileiro foram desembolsados R\$10,5 milhões. Além disso, R\$ 39,1 milhões foram direcionados a projetos culturais no Brasil.

Para finalizar, destaca-se que a CAIXA, alinhadas às diretrizes governamentais e às tendências empresariais, vem realizando um conjunto de ações voltadas para conscientizar os empregados sobre a importância da Responsabilidade Social Empresarial, destacando em seu Planejamento Estratégico a elaboração de Políticas de Valorização da Diversidade, sendo que, em 2010 deu posse aos empregados membros das Comissões Regionais de Igualdade Racial, Pessoas com Deficiência (PCD) e Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros (LGBT). Ainda, salienta que a gestão participativa na formulação de políticas de gestão de pessoas é o diferencial para uma administração justa e igualitária.

3.3 Visão dos Respondentes sobre as Ações Socioambientais Realizadas pela Instituição, com Foco na Gestão

Neste tópico é apresentado o resultado das informações coletadas junto a quatro gestores da entidade, por meio de questionário, sendo eles: um gerente geral (agência bancária), um gerente regional (superintendência regional) e dois gerentes de responsabilidade social empresarial, que atuam em Brasília. Estes últimos possuem a função de prestar esclarecimentos acerca do Relatório de Sustentabilidade da Instituição.

O que levou a escolher tais gestores para aplicar o questionário foi a intenção de verificar a visão tanto dos responsáveis pelas unidades (gerente geral), quanto em nível de superintendência e da gestão diretamente ligada à responsabilidade social empresarial.

O questionário elaborado a fim de aprimorar o estudo sobre as questões socioambientais na entidade compreendeu sete perguntas (Apêndice), com base na fundamentação teórica apresentada no capítulo dois desta pesquisa.

a) Decisão de Realizar Ações Socioambientais

Na primeira questão procurou-se identificar como ocorre a decisão de realizar ações socioambientais, visto que a Instituição traz a imagem de “Banco da Sociedade Brasileira” e possui em seus demonstrativos contábeis dados referentes a estas ações.

As respostas obtidas foram de que a organização realmente direciona ações para a melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira. As decisões de realizar as mesmas, parte principalmente dos gestores responsáveis pelas áreas de desenvolvimento sustentável e de relacionamento com empregados e responsabilidade social.

Destaca-se que, em seu novo modelo de gestão, foram criadas gerências e superintendências voltadas à difusão dos valores e princípios de Responsabilidade Social Empresarial, para que todas as unidades (agências) também incorporem em seus procedimentos a responsabilidade socioambiental, além das intenções econômicas e financeiras, e façam a gestão dos negócios de maneira sustentável.

b) Ações Socioambientais Consideradas no Planejamento Estratégico

Com esta interrogativa procurou-se saber informações sobre o planejamento estratégico da entidade. As respostas obtidas foram positivas, pois de acordo com os pesquisados, pode-se confirmar no planejamento denominado Caixa 2009-2015, que a Instituição também apresenta como missão e valores a sua preocupação em “promover a melhoria contínua da qualidade de vida da sociedade”, “conduta ética pautada exclusivamente nos valores da sociedade”, entre outros. Além disso, traz como um dos sete desafios de seu planejamento estratégico, a intenção de “ser uma das melhores empresas para se trabalhar.” Neste sentido, percebe-se que a entidade busca constantemente a qualidade no ambiente de trabalho e na relação com os *stakeholders*.

c) Percentual Financeiro Destinado a Ações Socioambientais

Com este levantamento buscou-se verificar se existe um percentual definido para destinação em ações socioambientais. Os gestores responderam que não há, e que este percentual varia de período para período. Embora os demonstrativos apresentem, por exemplo, parte da arrecadação das loterias direcionados ao Programa de Financiamento Estudantil – FIES, bem como valores destinados a manutenção de centros culturais no país, entre outros, não há um percentual fixo para tal destino.

Outro questionamento foi realizado onde procurou-se conhecer de que forma os percentuais destinados a ações sociais seriam definidos, caso a pergunta anterior fosse positiva. Como não há destinação específica para tais ações, não obteve-se resposta.

d) Influência das Informações Socioambientais na Gestão da Organização

Neste questionamento, evidenciou-se a preocupação da Caixa em divulgar nos demonstrativos contábeis ações socioambientais que realiza, e buscou-se identificar também se tais informações influenciam na gestão da organização.

Obteve-se como resposta, além da obrigatoriedade, conforme NBC T 15, de que a decisão da empresa em dar maior transparência a estas ações está exatamente na elaboração e divulgação do Relatório de Sustentabilidade. Também merece destaque, a afirmação de que a gestão da empresa está focada em ações sustentáveis, portanto, se as operações não forem sustentáveis, não se perpetuarão.

e) Avaliação pelos Gestores das Informações Socioambientais Desenvolvidas pela Instituição

Na sexta pergunta procurou-se identificar de que forma as informações desenvolvidas pela Instituição em relação às ações socioambientais são avaliadas pelos gestores. Verificou-se, por meio das respostas obtidas que as iniciativas socioambientais existem, e que as mesmas, bem como os seus resultados, são cobrados dos gestores nas avaliações das unidades.

Assim, como as unidades são avaliadas em relação à redução de custos nos diversos aspectos, eficiência no atendimento, vendas de produtos, entre outros fatores, também as operações sustentáveis são consideradas. Como exemplo pode-se citar a iniciativa da organização de conscientizar os colaboradores quanto à economia de energia, reutilização de papéis, economia de água e coleta seletiva nas unidades. Segundo os pesquisados, a partir do ano de 2011 inicia-se o processo de análise dos resultados obtidos com as campanhas de conscientização.

f) Divulgação das Políticas Socioambientais aos Colaboradores

Com a sétima e última interrogativa questionou-se como são difundidas aos colaboradores da Instituição as políticas socioambientais. As formas mais utilizadas para comunicar aos clientes internos são boletins eletrônicos, *e-mail* institucional, *site* institucional, *site* da Universidade Caixa (cursos *on-line*), jornal da Caixa em ambiente *web*, além da divulgação do Relatório de Sustentabilidade e realização de seminários e encontros sobre temas diversos e comitês e comissões que discutem temas específicos. Verificou-se que há um intenso trabalho neste sentido, a fim de conscientizar os empregados sobre a importância de realizar e dar valor às atitudes de responsabilidade socioambiental.

3.4 Análise dos Dados Pesquisados

Ao analisar os relatórios/demonstrativos da Caixa Econômica Federal, a fim de verificar se a Instituição evidencia as informações socioambientais, constatou-se que a mesma realiza várias ações socioambientais e apresenta em seus demonstrativos estas questões.

É importante salientar que a divulgação das ações socioambientais nos relatórios/demonstrativos contábeis é uma obrigação legal. Entretanto, a decisão da empresa de dar maior transparência a estas ações está principalmente na elaboração do Relatório de Sustentabilidade. Este demonstrativo traz informações relacionadas à responsabilidade social empresarial da organização em estudo, e presta contas de atividades e impactos econômicos, sociais e ambientais da mesma.

Considerando as informações que constam nos relatórios/demonstrativos analisados, sendo eles Relatório de Sustentabilidade, Relatório da Administração, Notas Explicativas e Demonstração do Valor Adicionado, vale ressaltar a preocupação da CAIXA em buscar a sustentabilidade em suas ações estratégicas. Tal atitude pode ser percebida na política de concessão de crédito, na qual se considera eventuais riscos ambientais associados aos projetos; no tratamento diferenciado das empresas potencialmente poluidoras que tenham interesse em obter empréstimos ou financiamentos juntos a CAIXA, sendo exigido a apresentação de licenciamento ambiental; na decisão de incluir nos contratos de crédito habitacional uma cláusula com a exigência de que o empreendimento a ser construído seja arborizado; nos programas de educação ambiental desenvolvidos aos colaboradores, entre outros.

Analisando os dados obtidos com o questionário aplicado aos gestores, verificou-se que estes têm a visão de que a Caixa é uma organização socialmente responsável, ou seja, que a mesma realiza suas operações considerando o papel que desempenha na sociedade, não somente de uma instituição bancária, mas de entidade responsável pelo ambiente em que está inserida e pela transparência de suas ações.

No que diz respeito à relevância das informações socioambientais no planejamento estratégico, constatou-se que a Instituição apresenta considerações

acerca destas no momento de elaborar o mesmo. Pode-se perceber já na sua missão que a CAIXA visa promover a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Sobre a influência que as informações socioambientais podem exercer na gestão da Caixa, os respondentes afirmam que se a gestão da empresa está focada em ações sustentáveis, as operações que não tiverem este foco não se perpetuarão. Além disso, há os programas de educação ambiental e o intenso trabalho de conscientização dos empregados sobre a importância de realizar e dar valor às atitudes de responsabilidade socioambiental. Portanto, em mais uma questão, verificou-se que a Instituição preocupa-se em gerir os negócios de modo sustentável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ambiente globalizado, percebe-se que a busca pelo lucro a qualquer preço é incessante. Entretanto, a sociedade e o governo se mobilizam para modificar este foco, e já percebe-se certas mudanças nas atitudes de muitas organizações, as quais incluem em sua gestão no que refere-se aos objetivos de realizarem operações com responsabilidade socioambiental, tendo como finalidade, além do lucro, também o desenvolvimento sustentável.

A apresentação dos relatórios/demonstrativos socioambientais de uma organização retrata o exercício da responsabilidade da mesma em relação a estas questões. É o compromisso da empresa com o bem estar da sociedade, com o meio ambiente, associados ao seu próprio desenvolvimento.

Neste contexto, o presente trabalho teve como objetivo principal a identificação de aspectos relativos à responsabilidade socioambiental e à gestão bancária, com a intenção de averiguar a influência das ações socioambientais na organização pesquisada.

Inicialmente, buscou-se referenciais teóricos para dar sustentação à pesquisa sobre as informações socioambientais na gestão empresarial, mais especificamente na gestão de uma instituição bancária. Conforme se verificou na pesquisa bibliográfica, identificando-se o primeiro objetivo, os bancos fazem parte de um segmento que exerce considerável influência sobre os clientes e em suas relações de negócios. Portanto, podem também difundir a prática da responsabilidade socioambiental.

O terceiro objetivo foi alcançado com a realização de análises do Relatório de Sustentabilidade, Relatórios da Administração, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas, a fim de verificar se nos mesmos estão evidenciadas as informações socioambientais. O que se pode destacar é que existe a norma do CFC que versa sobre os procedimentos da divulgação de informações socioambientais nos relatórios/demonstrativos, porém a publicação do Relatório de Sustentabilidade/Balanco Social é facultativa. A Caixa Econômica Federal divulga este demonstrativo a fim de dar maior transparência às ações desenvolvidas pela Instituição. Além disso, percebeu-se que nos demais demonstrativos analisados constam tais informações, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação

e a responsabilidade social da entidade. Para complementar o estudo, efetuou-se a aplicação de questionário a quatro gestores da Instituição pesquisada, a fim de identificar qual a visão dos mesmos em relação à influência das informações socioambientais na gestão.

Conforme constatou-se no estudo dos relatórios/demonstrativos da Caixa Econômica Federal, a Instituição, a partir da percepção de que o que é bom para o meio ambiente e a sociedade pode refletir nos negócios, vem desenvolvendo ações voltadas a estas questões, como financiamentos de projetos habitacionais, incentivo ao uso de madeira legal em financiamentos habitacionais, saneamento, apoio às micro e pequenas empresas, entre outros projetos.

Além disso, por meio dos questionamentos, pode-se identificar que a visão dos gestores é de uma instituição empenhada em expandir os negócios de forma sustentável. Vale destacar que os mesmos, embora desempenhem atividades bastante diferenciadas na organização, têm posições semelhantes no que diz respeito às ações socioambientais. Todos concordam que tais questões devem ser consideradas na gestão da entidade, assim como divulgadas em seus relatórios/demonstrativos socioambientais.

Diante disso, ao alcançar os objetivos específicos deste trabalho, também pôde-se chegar ao objetivo geral, de averiguar como as informações socioambientais influenciam a gestão empresarial de uma instituição bancária. Na organização pesquisada constatou-se que, embora se saiba que o objetivo principal da Instituição é a obtenção do lucro, a gestão da mesma está focada também em ações sustentáveis, ou seja, as atividades devem ser realizadas focando o desenvolvimento da organização em ordem econômica, sem desconsiderar o lado social e ambiental.

Neste sentido, o presente trabalho contribuiu para compreender a importância da responsabilidade socioambiental nas organizações, assim como do desenvolvimento de ações de conscientização dos colaboradores, fornecedores, entre outros, a fim de melhorar a visão de que os recursos naturais são finitos e que as empresas podem desempenhar o seu papel de agente responsável pelo desenvolvimento sustentável. Além disso, as informações socioambientais evidenciadas nos relatórios/demonstrativos podem atrair novos investidores, interessados em organizações sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Nelson. **Direito bancário**. São Paulo: Saraiva, 1999.
- AMORA, Antonio Soares. **Minidicionário Soares Amora da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- ASHLEY, Patrícia Almeida et. al. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- ARANTES, José Carlos; MAZON, Rubens. Gestão de Negócios Sustentáveis. IN: SANTOS, Rubens da Costa (Org.). **Manual de Gestão Empresarial: conceitos e aplicações nas empresas brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2007.
- ARAÚJO, Francisco José de. Dimensões da Responsabilidade Social da Empresa. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, p. 73-81, mai/jun 2001.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em 26 abr. 2011.
- BEUREN, Ilse Maria. Trajetória da Construção de um Trabalho Monográfico em Contabilidade. IN: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Disposições Relativas à Elaboração e Divulgação de Demonstrações Financeiras. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 19 jun. 2011
- _____. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 19 jun. 2011.
- _____. Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 21 mai. 2011.
- _____. Decreto Lei 759, de 12 de agosto de 1969. Autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa pública Caixa Econômica Federal e dá outras providências.

Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0759.htm>>. Acesso em 21 jun. 2011.

BRUNI , Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **A contabilidade empresarial: com aplicações na hp12c e Excel**. São Paulo: Atlas, 2006.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Disponível em <<http://www.caixa.gov.br>>. Acesso em 21 mar. 2011.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade ambiental**. Curitiba: Juruá, 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/comissoes/>>. Acesso em 21 jun. 2011.

CARAVANTES, Geraldo R.; PANNO, Cláudia C.; KLOECKNER, Mônica C. **Administração: Teoria e Processos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CASA DA MOEDA DO BRASIL. Disponível em <<http://www.casadamoeda.gov.br>>. Acesso em 14 mai. 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. **Sucesso Empresarial**. Disponível em: <http://www.informal.com.br/pls/portal/docs/PAGE/GESTAODOCONHECIMENTOINFORMALINFORMATICA/ARTIGOSGESTAODOCONHECIMENTO/ARTIGOSGC/ARTIGO_IDALBERTO_SEMDATA.PDF>. Acesso em 21 mar. 2011.

_____, Idalberto. **Recursos Humanos: o capital humano das organizações**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial**. São Paulo: Saraiva, 2004.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em 14 jul. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em 19 jun. 2011.

CORRÊA, Carlos Alberto da S. **A demonstração de informações de natureza social e ambiental como instrumento de transparência da responsabilidade social das empresas**. Disponível em <<http://www.classecontabil.com.br>>. Acesso em 21 mar. 2011.

CURY, Antônio. **Organização e Métodos: uma visão holística**. 7 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2000.

DE LUCA, Márcia Martins M. **Demonstração do valor adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2007.

DRUCKER, Peter. **A sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1994.

EPELBAUM, Michel. Sistemas de Gestão Ambiental. IN: JUNIOR, Alcir V.; DEMAJOROVIC, Jacques. (Org.). **Modelos e ferramentas de gestão ambiental**: desafios e perspectivas para as organizações. São Paulo: Senac, 2006.

FERNANDES, Antônio Alberto G. **O sistema financeiro nacional comentado**. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERREIRA, Aracéli Cristina de S. **Contabilidade ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro**: produtos e serviços. 16. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. 2.ed. São Paulo: Nova cultural, 1985.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos e pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996

GUIMARÃES FILHO, Arnaldo de Jesus et al. Determinantes da Responsabilidade Social Corporativa no Setor Bancário. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 4. 2008. Niterói/RS. Disponível em <<http://www.latec.uff.br/cneg>>. Acesso em 5. Mai. 2011.

HENDRIKSEN, E. BREDA, M. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Contabilidade um instrumento de gestão**: com uma abordagem transdisciplinar. Curitiba: Juruá, 2008.

INMETRO. Disponível em:
<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/>. Acesso em 6 jul 2011.

INSTITUTO Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Disponível em:
<<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em 21 jul. 2011.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KRAEMER, Maria Elisabeth P; TINOCO, João Eduardo P. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Everton Herlan Guimarães. **História da Caixa Econômica Federal**. Disponível em <<http://www.administradores.com.br/artigos>>. Acesso em 27 abr. 2011.

MAÑAS, Antonio Vico. Gestão do Terceiro setor e da responsabilidade social. IN: OLIVEIRA, Otávio J. (Org.). **Gestão empresarial: sistemas e ferramentas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARQUES, Andréa Cristina. **A informação como fator diferenciador para o sucesso estratégico das organizações**. Disponível em: <http://www.informal.com.br/pls/portal/docs/PAGE/GESTAODOCONHECIMENTOINFORMALINFORMATICA/ARTIGOSGESTAODOCONHECIMENTO/ARTIGOSGC/ARTIGO_100902.PDF>. Acesso em 21 mar. 2011.

MATARAZZO, Dante C., **Análise financeira de balanços: abordagem prática e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NAIME, Roberto. **Diagnóstico Ambiental e Sistemas de Gestão Ambiental**. Novo Hamburgo: Feevale, 2004.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. **Curso prático de imposto de renda pessoa jurídica**: 9. ed. São Paulo: Frase, 2002.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. São Paulo: Atlas, 2000.

PELEIAS, Ivam Ricardo. **Controladoria: gestão eficaz utilizando padrões**. São Paulo: Saraiva, 2002.

PONCHIROLLI, Osmar. **Ética e Responsabilidade Social Empresarial**. Curitiba: Juruá, 2008.

REIS, Nelson Carlos; MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade social das empresas e balanço social**: meio propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2007.

RIBEIRO, Maísa de S. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RICARTE, Jádson G. Demonstração do valor adicionado. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. Florianópolis, v. 4, n. 10, p. 49-69, dez. 2004/mar. 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, André Ricardo P. et. al. **Contabilidade Ambiental**: uma contribuição da ciência contábil a sustentabilidade da gestão ambiental. Disponível em <http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/>. Acesso em 20 mar. 2011.

SANTOS, Ariosvaldo dos. **Demonstração do valor adicionado**: como elaborar e analisar a DVA. São Paulo: Atlas, 2003.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; MARTINS, Marco Antonio. **Avaliação de empresas**: foco na análise de desempenho para o usuário interno. São Paulo: Atlas, 2006.

SEIFFERT, Mari Elizebete B. **ISO 14001 sistemas de gestão ambiental**: implantação objetiva e econômica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Edgar de Lima. Agenda 21 Global: um estudo acadêmico sobre a importância das ciências contábeis para o desenvolvimento sustentável. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18. 2008, Gramado. Disponível em <http://www.congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/186.pdf>. Acesso em 22 mar. 2011.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SIQUEIRA, Alexis Cavicchini Teixeira de; **A história dos bancos no Brasil**: das casas bancárias aos conglomerados financeiros. Rio de Janeiro: COP Editora, 2007.

SOUZA, Alexandre Alves de. O Banco do Brasil no Período Pós Plano Real: um estudo sobre mudanças organizacionais. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 4. 2008. Niterói. Disponível em <<http://www.latec.uff.br/cneg>>. Acesso em 5 mai. 2009.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TINOCO, João Eduardo P. Balanço social: balanço da transparência corporativa e da concertação social. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, p. 57-73, maio/jun 2002.

_____. **Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

TURCZYN, Sidnei. **O sistema financeiro nacional e a regulação bancária**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

VIEIRA, Maria das Graças. Responsabilidade Social e Balanço Social: prestação de contas à sociedade. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. Florianópolis, v. 7, n. 19, p. 9-16, dez 2007/mar 2008.

APÉNDICE

ROTEIRO DE PERGUNTAS APLICADO AOS GESTORES DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA EM ESTUDO. ENTRE ESTES ESTÃO UM GERENTE GERAL (AGÊNCIA), UM GERENTE REGIONAL (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL) E DOIS GESTORES RESPONSÁVEIS PELA GERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL – GERSE, OS QUAIS PRESTAM ESCLARECIMENTOS ACERCA DO BALANÇO SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO.

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

Prezado (a) Gestor,

Sou acadêmica do curso de MBA em Gestão Empresarial da UNESC e solicito a gentileza de sua colaboração na pesquisa que estou realizando para meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, visando à obtenção do grau Especialista em Gestão Empresarial.

A pesquisa tem como foco a Caixa Econômica Federal, com a finalidade de identificar se a mesma utiliza as informações socioambientais na gestão e, em caso positivo, se estas influenciam na gestão bancária.

1. A CAIXA tem a imagem de banco da sociedade brasileira. Para isto, desenvolve ações voltadas à sociedade. No seu entendimento, como ocorre a decisão de realizar estas ações?

2. As ações socioambientais são consideradas no momento de definir o planejamento estratégico da CAIXA?

- | | |
|------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Sempre | <input type="checkbox"/> Na maioria das vezes |
| <input type="checkbox"/> Raramente | <input type="checkbox"/> Nunca |

3. Existe um percentual financeiro definido para destinação em ações sociais e socioambientais?

- | | |
|------------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
|------------------------------|------------------------------|

4. Se a resposta anterior foi positiva, de que forma são estabelecidos estes percentuais?

5. Sabe-se que a CAIXA se preocupa em divulgar nos demonstrativos contábeis, as ações socioambientais que realiza. Em geral, tais informações influenciam na gestão da organização? De que forma?

6. De que forma as informações desenvolvidas pela Instituição em relação às ações socioambientais são avaliados pelos gestores?

7. Como são difundidas aos colaboradores da Instituição, as políticas socioambientais?

() site institucional

() revistas impressas

() boletins eletrônico

() outras formas. Quais? _____
